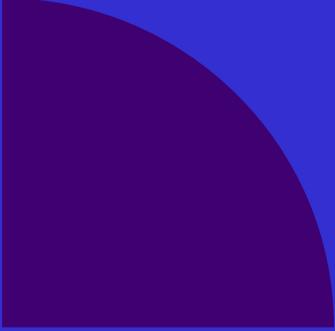
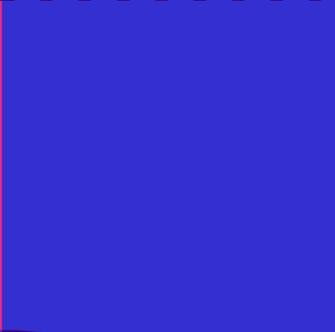
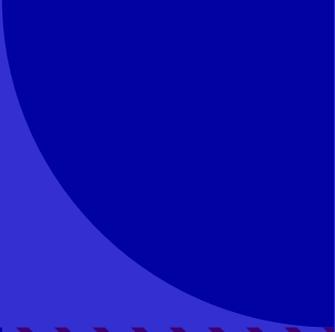
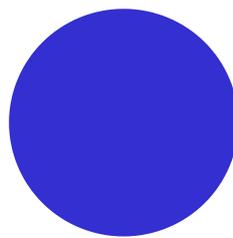
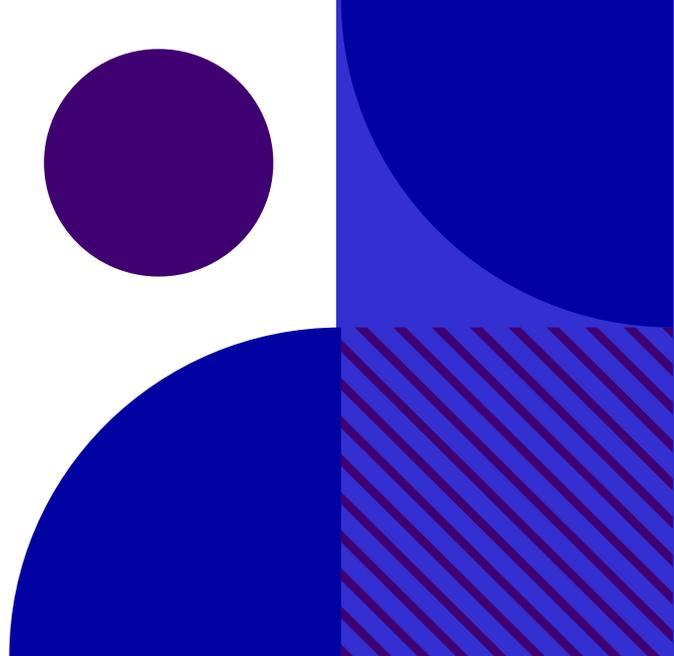


PDI

2025-2029

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL



Escola Superior de Gestão
e Contas Públicas
TCMSP



Escola Superior de Gestão
e Contas Públicas
TCMSP

PDI

VERSÃO 1

APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um documento obrigatório para Instituições de Ensino Superior (IES) e aplicável às Escolas de Governo credenciadas junto aos órgãos reguladores. O PDI desenvolve a filosofia de trabalho e seu projeto pedagógico institucional. Além disso, identifica como essas orientações se alinham com a missão, os valores, a estrutura organizacional e os objetivos estratégicos da Escola de Governo e IES. Assim, este Plano pode ser considerado relevante ferramenta de planejamento e gestão.

O PDI da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas (EGC) para o período 2025-2029 é baseado na missão e visão da Escola, expressas em seu Projeto Político Pedagógico e no Planejamento Estratégico da sua mantenedora, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP).

De acordo com o Regimento Interno da EGC (art. 2º, Resolução nº 19/2023), a Escola tem por finalidade oferecer a formação, o treinamento e o aperfeiçoamento a servidores do TCMSP, da Prefeitura e da Câmara Municipais de São Paulo e à sociedade civil, visando melhorar o controle externo, a gestão pública e o controle social. Além disso, a EGC promove atividades de pesquisa e publicações, formula indicadores a partir de bancos de dados públicos, incentiva a inovação e desenvolve formação cidadã.

A EGC realiza suas finalidades por meio de diversas ações educacionais, exercendo autonomia didático-pedagógica para definir eixos estratégicos, planejar e determinar conteúdos, metodologias de ensino e formatos didático-pedagógicos. Essa autonomia é guiada por referenciais estratégicos próprios (Projeto Político Pedagógico) e da sua mantenedora (TCMSP), bem como considera as demandas de seus públicos-alvo.

Em 2024, por um amplo processo de revisão participativa de sua atuação, contando com o envolvimento de todas as unidades que a compõem e de sua direção. Como Escola de Governo do Tribunal de Contas paulistano, a EGC tem a missão de formar cidadãos, cidadãos e agentes públicos capazes de responder à expectativa de solução de problemas complexos, conferindo mais eficiência e resolutividade à atuação pública e ao controle externo, interno e social.

Além disso, durante o recente processo de credenciamento da EGC para oferta de programas de pós-graduação especialização perante o Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo (CEE/SP), foi constatada a importância de se dispor de mais instrumentos de planejamento e de acompanhamento do desenvolvimento da EGC e de suas ações educacionais.

Portanto, este documento é um instrumento orientador da implementação da estratégia da EGC e o desenvolvimento de suas ações para o período de 2025 a 2029, subsidiando também o processo de avaliação da Escola para fins de credenciamento para a oferta de

cursos de pós-graduação, de mestrado profissional e de especializações em modalidade de ensino à distância, conforme o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, atualizado pelo Decreto nº 9.235/17.

Este documento constitui a primeira iniciativa de planejamento de longo prazo da EGC, conforme os dispositivos legais e regulamentares aplicáveis às Instituições de Ensino Superior (IES) e Escolas de Governo (EG). A EGC busca aprimorar constantemente seus mecanismos de gestão, almeja que este exercício coletivo, deliberativo e amplo de planejamento seja concretizado em sua atuação e que este seja o primeiro de muitos PDIs.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEE/SP – Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo
CMSP – Câmara Municipal de São Paulo
CPA – Comissão Própria de Autoavaliação
COTEC – Coordenação Técnica da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas
CRCSP – Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo
DOCSP – Diário Oficial da Cidade de São Paulo
DOESP – Diário Oficial do Estado de São Paulo
EaD – Ensino à Distância
EASP FGV/SP – Escola de Administração de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas
EGC – Escola Superior de Gestão e Contas Públicas
ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
EPM – Escola Paulista da Magistratura
GRT – Gestão das Relações de Trabalho do Tribunal de Contas do Município de São Paulo
GT – Grupo de Trabalho
IEA/USP - Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo
IF – Instituto Federal
IFRS – Instituto Federal do Rio Grande do Sul
IRB – Instituto Rui Barbosa
MEC – Ministério da Educação do Brasil
OI – Ordem Interna do Tribunal de Contas do Município de São Paulo
OPP – Observatório de Políticas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo
PBL – Problem Based Learning
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PETCMSP – Planejamento Estratégico do Tribunal de Contas do Município de São Paulo
PJCS – Programa Jovem no Controle Social
PJMC – Programa Jovem Monitor Cultural
PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo
RIEGC – Regimento interno da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas
SESu/MEC – Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
STA – Supervisão Técnica Administrativa da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas
STB – Supervisão Técnica de Biblioteca
STI – Supervisão Técnica de Tecnologia da Informação da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas
STJ – Supervisão Técnica Jurídica da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas
STSG – Supervisão Técnica de Serviços Gerais da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
TCESP – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
TCMSP – Tribunal de Contas do Município de São Paulo

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UNINOVE – Associação Educacional Nove de Julho
UTBD – Unidade Técnica de Biblioteca e Documentação

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pressupostos dos modelos pedagógicos e andragógicos
Quadro 2. Valores orçados para atualização do acervo bibliográfico da UTBD.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Organograma proposta da EGC
Figura 2. Referenciais do PDI.
Figura 3. Monitoramento do PDI.
Figura 4. Revisão do PDI.

FICHA TÉCNICA

João Antonio da Silva Filho

Conselheiro-Supervisor da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas

Ricardo Epaminondas Leite Oliveira Panato

Diretor-Presidente da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas

Marcelo Veiga

Chefe de Gabinete da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas

Gilson Piqueras Garcia

Diretor Acadêmico da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas

André Galindo da Costa

Coordenador Técnico

Andréa Paula

Supervisora Técnica Administrativa

Chrysthiana Rodrigues

Representante Administrativa e de Expediente

Egle Monteiro

Coordenadora do Observatório de Políticas Públicas

Elizandra Hengles

Supervisora de Comunicação

Helena Sarchis

Supervisora Técnica Jurídica

Luís Eduardo Morimatsu

Representante Docente

Mário Toledo Reis

Representante do Laboratório de Inovação

Raul Segundo Fernandes

Supervisor Técnico de Tecnologia da Informação

Rosane Keppke

Representante Docente e de Publicações

Samira Saleh

Assessora Pedagógica

Silvio Gabriel Serrano Nunes

Coordenador Técnico

Valdir Godoi Buqui Netto

Coordenador Técnico

Wilson Souza

Supervisor Técnico de Serviços Gerais

SUMÁRIO

	PERFIL INSTITUCIONAL	12
01	Missão	12
	Visão de Futuro	13
	Valores	13
	Público-alvo e Inserção Local, Regional, Nacional e Internacional	13,014,015 e 16
	Breve Histórico da Instituição	17,018 e 19
	Expansão das atividades da Escola	20, 21 e 22
	Projeto Político Pedagógico	23
02	2.1 Princípios pedagógicos	23
	2.1.1 - Contextualização	23
	2.1.2 - Educação ao Longo da Vida (Lifelong Learning)	23
	2.1.3 - Experimentação	23
	2.1.4 - Inovação	24
	2.1.5 - Interatividade	24
	2.1.6 - Pluralidade	24
	2.1.7 - Interdisciplinaridade	24
	2.1.8 - Planejamento Participativo	24
	2.1.9 - Valorização de Metodologias Ativas de Aprendizagem	24 e 25
	2.1.10 - Andragogia	25
	2.1.11 - Pedagogia Crítica	25 e 26
	2.2 Compromissos Institucionais	26
	2.3 Ações Pedagógicas	26
	2.4 Modalidades de Ensino	27
	2.5 Metodologias de Ensino	27
	2.6 Avaliações	27
	2.7 Eixos Temáticos	28
	2.8 Objetivos do PPP	28 e 29
2.9 Políticas institucionais para EaD	29 e 30	

	Plano de Gestão Institucional	31
03	3.1 Organização e Estrutura Institucional	31
	3.1.1 Organograma	32
	3.1.2 Estrutura da Organização Institucional	32, 33, 34, 35, 36, 37, 38 e 39
	3.1.3 Órgãos Colegiados e Instâncias Decisórias	39 e 40
	3.1.4 Sistema de registro acadêmico	40 e 41
	3.1.5 Comunicação da instituição com a comunidade interna: estratégias e métodos	41 e 42
	3.1.6 Comunicação da instituição com a comunidade externa: estratégias e métodos	42 e 43
	3.1.7 Comissão Própria de Autoavaliação	43, 44 e 45
	3.2 Infraestrutura	45 e 46
	Auditório	46 e 47
	Salas de aula	47 e 48
	Instalações sanitárias	48
	Instalações Administrativas	49
	Espaço para atendimento aos alunos	49 e 50
	Espaços de convivência e de alimentação	50
	Tecnologia de Informação e Comunicação: recursos e serviços	51
	Biblioteca	51 e 52
	Serviços e informatização de acesso aos acervos	52
	Plano de atualização do acervo	52 e 53
	3.3 Planejamento Financeiro e Gestão Institucional	53
<hr/>		
	Perfil do Corpo Social	54
04	Diversidade, Equidade, Inclusão e Acessibilidade	54
	4.1 Perfil do Corpo Docente	55
	Política de Formação Continuada do Corpo Docente	55
	4.2 Perfil do Corpo Técnico Administrativo	56
	Política de Formação Continuada do Corpo Técnico Administrativo	56
	4.3 Perfil do Corpo Discente	56
	4.4 Perfil do Egresso	57

	Planejamento	58
05	5.1 Metodologia de elaboração.	58 e 59
	5.2 Estratégia: Objetivos e Iniciativas do PDI	59 e 60
	5.2.1 Referenciais Estratégicos	60 e 61
	5.2.2 Perspectivas	61 e 62
	5.2.3 Diretrizes	62 e 63
	5.2.4 Objetivos e Iniciativas	63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73 e 74
	5.3 Implementação do PDI: Planos Anuais e Gestão dos Projetos	74 e 75
	5.4 Monitoramento	75 e 76
	5.5 Avaliação	76 e 77
	5.6 Cronograma	77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87 e 88
5.7 Mecanismos de Revisão do PDI	88	
	Referências Bibliográficas	89
	Histórico de Versões	90
	Distribuição do cronograma	91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101 e 102



Escola Superior de Gestão
e Contas Públicas
TCMSP

1. PERFIL INSTITUCIONAL

A Escola Superior de Gestão e Contas Públicas foi criada pela Resolução nº 09/1996 do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, inicialmente chamada Escola Superior de Gestão e Análise de Contas (ESGACOM/SP), com foco exclusivo para servidores do Tribunal de Contas e da Municipalidade de São Paulo. Em 2004, A Escola foi incorporada legalmente à organização administrativa do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, por meio da Lei Municipal nº 13.877/2004.

Desde sua concepção, a EGC promove ações educacionais voltadas aos servidores do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, em conformidade com sua vocação de Escola de Governo (art. 39, §2º, CRFB/1988). A partir de 2015, no entanto, a EGC passou a oferecer ações educacionais à sociedade civil, desenvolvendo suas atividades por meio de cursos de pós-graduação lato sensu, grupos de pesquisa, cursos de extensão e eventos, atividades culturais, publicação de revista, e, mais recentemente, pelas atividades do Observatório de Políticas Públicas (OPP) e do Laboratório de Inovação.

A Escola possui um programa interdisciplinar de pós-graduação lato sensu e quatro cursos de pós-graduação especialização autorizados pelo Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo (CEE/SP): “Políticas Públicas”, “Direito Administrativo”, “Formação do Estado: Ética e Filosofia Política” e “Engenharia Civil: Infraestrutura e Obras Públicas”. Historicamente, a EGC já ofereceu outros cinco cursos de pós-graduação, entre especializações e aperfeiçoamentos. O programa de pós-graduação é gratuito e aberto à sociedade anualmente, através de processo seletivo.

Para além das turmas regulares de pós-graduação, a Escola Superior de Gestão e Contas Públicas promove cursos de aperfeiçoamento, cursos de extensão e eventos de forma contínua. Entre os anos de 2018 e 2024, a EGC promoveu cursos de extensão e eventos. Ao todo foram realizados 755 cursos de extensão e 574 eventos.

A Instituição possui os seguintes referenciais estratégicos consolidados em seu Projeto Político Pedagógico:

MISSÃO

“Promover o desenvolvimento profissional e pessoal e a inovação, para o aperfeiçoamento contínuo dos controles externo e interno da administração pública e do controle social, por meio da produção, sistematização e difusão do conhecimento”.

VISÃO DE FUTURO

“Ser uma escola de referência no desenvolvimento profissional e pessoal de agentes públicos e cidadãos, na inovação e aperfeiçoamento da administração pública, por meio de conexões e cooperação com outras organizações e a serviço da sociedade.”

VALORES

Os valores da EGC são resultado da adoção integral dos valores expressados por sua mantenedora (TCMSP) somados aos valores afeitos à especificidade de sua atuação educacional:

Institucionalidade; Ética; Transparência; Inovação; Independência; Efetividade; Inclusão; Sustentabilidade; Diálogo; Gestão Compartilhada; Inovação; Cooperação e Respeito pela Diversidade, Pluralidade e Liberdade.

PÚBLICO-ALVO E INSERÇÃO LOCAL, REGIONAL, NACIONAL E INTERNACIONAL

A EGC, conforme explicitado em seu Projeto Político Pedagógico e seu Regimento Interno, objetiva que suas ações educacionais atinjam um amplo conjunto de grupos sociais que compõem seu público-alvo, integrado pelos servidores do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, pelos servidores da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal de São Paulo, por servidores públicos de outras esferas federativas e poderes, além da pela sociedade civil.

É parte fundamental da atuação formativa da EGC prover os conhecimentos, as habilidades e as competências necessários a tais grupos, com o objetivo de fomentar o debate e o enfrentamento dos desafios específicos da cidade de São Paulo e de sua Região Metropolitana, maior aglomeração urbana da América do Sul, com mais de vinte milhões de habitantes, dotada de complexos problemas relativos a desenvolvimento urbano, sustentabilidade, mobilidade, moradia, segurança, infraestrutura e acentuadas desigualdades sociais.

Nesse contexto, a EGC participa dos processos de capacitação, treinamento e aperfeiçoamento dos servidores do TCMSP por meio da oferta de cursos de extensão e eventos que atendem ao Levantamento de Necessidades de Desenvolvimento (LND), em colaboração com a unidade de Gestão das Relações de Trabalho (GRT) do TCMSP. Ademais, a Escola gerencia e planeja a contratação de cursos in company (OI nº 10/2022), que são capacitações fornecidas aos servidores do TCMSP, através de contratações onerosas ou não, independentemente de sua customização (contratação de curso fechado ou completamente customizado).

A Escola promove a oferta e o atendimento às demandas apontadas pelas unidades técnicas do TCMSP, relativas ao desenvolvimento profissional e de gestão para os servidores do Tribunal. Um desafio permanente é manter em dia o diagnóstico das necessidades de desenvolvimento da organização, em conjunto com a GRT. Podem ser listadas como atividades contratadas e customizadas para atender às demandas de capacitação dos servidores do TCMSP: Planejamento de eventos institucionais, cerimonial e protocolo nacional e internacional; Aspectos Técnicos da Contratação de Obras e Serviços de Engenharia; PPPs e Concessões; Elaboração do Plano de Auditoria e Matriz de Planejamento; Oficina de Redação de Relatório; Interpretação dos Requisitos da ISO 9001 versão 2015; NBASP – Visão Geral; Auditoria no Setor Público com ênfase no Controle Externo: teoria e prática; ISO 9001:2015 Interpretação e Requisitos e Formação de Auditores Internos ISO 9001:2015; Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos; Curso R para Ciência de Dados; Modelagem Jurídica de Parcerias Público-privadas; Trilha de Capacitação em T.I. para capacitação dos sistemas internos (Ábaco, Radar, Diálogo, Panorama, E-TCM); Capacitação no uso do catálogo da Biblioteca do TCMSP: pesquisa e recursos avançados; Novo Manual de Auditoria Governamental; Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos; Liderança e Gestão de Equipe Híbrida: os novos desafios dos Gestores do TCMSP; Capacitação no uso do catálogo da biblioteca do TCMSP e do Repositório Institucional: pesquisa e recursos avançados; Novos grafos do RADAR; IRIS Nova Versão.

Para desenvolver atividades para os servidores municipais de São Paulo, a Escola Superior de Gestão e Contas Públicas celebra acordos de cooperação e convênios com Secretarias Municipais específicas, cujo objetivo é estreitar laços, dimensionar melhor a demanda e as necessidades da municipalidade, bem como otimizar recursos humanos e materiais na disponibilização e construção das ações educacionais. São exemplos de acordos vigentes: Acordos de Cooperação firmados junto à Câmara Municipal de São Paulo; à Secretaria Municipal de Gestão – SMG/PMSP; à Secretaria Municipal de Segurança Pública da Prefeitura do Município de São Paulo – SMSP/PMSP; à Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo – SMC/PMSP e Convênio firmado junto à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura do Município de São Paulo – SME/PMSP – que, conjuntamente, comportam expressivo contingente dos servidores ativos da municipalidade.

Dentre o corpo discente que usufrui das ações educacionais da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas, uma parcela expressiva é composta por servidores públicos municipais de São Paulo, aproximadamente 22% - cerca 3.144 servidores municipais.

Ademais, a Escola Superior de Gestão e Contas Públicas atua diretamente em conjunto com a Prefeitura Municipal de São Paulo na política pública de capacitação de jovens paulistanos, entre 18 e 29 anos, formando agentes e produtores culturais. Trata-se do Programa Jovem Monitor Cultural, de cuja programação a Escola participa desde 2023, oferecendo tanto formadores (docentes da Escola) para ministério de disciplinas como Matemática Financeira, Ciência Política, Redação Oficial, Elaboração e Implementação de

Políticas Públicas, quanto espaço físico para amparar o desenvolvimento da política. Desde o início da parceria, mais de trezentos e trinta jovens passaram por atividades desenvolvidas na ESGC.

As atividades da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas são, em sua maioria, abertas à formação da sociedade civil, irrestritas de acesso. Entre as parcerias desenvolvidas, estão acordos e convênios firmados com as instituições abaixo listadas, entre Entidades de Classe, Entes Públicos, Poderes da República e Instituições de Ensino Superior: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP); Escola de Administração de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EASP FGV/SP); Associação Educacional Nove de Julho (UNINOVE); Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRCSP) e Escola Paulista da Magistratura – EPM.

À luz da promoção do controle social e da formação cidadã, a Escola desenvolve o Programa Jovem no Controle Social, em parceria com escolas das redes públicas estadual e municipal, que promove a participação social e o engajamento cívico de jovens estudantes dos últimos anos do Ensino Fundamental, por meio de palestras e visitas ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo e à Escola Superior de Gestão e Contas Públicas. No ano de 2024, mais de trezentos estudantes das redes públicas estadual e municipal participaram do programa.

Pensando-se na inserção regional e na abertura de diálogo mais direto com a macrorregião da cidade de São Paulo, podem ser nomeadas as parcerias estabelecidas com: Consórcio Intermunicipal Grande ABC; Prefeitura do Município de Guarulhos; e União dos Vereadores do Estado de São Paulo – UVESP. Tal abrangência geográfica (39 municípios) e demográfica (20.743.587 habitantes - IBGE 2022) motivou as iniciativas 12.3 e 13.6 deste PDI para a ESGC escalar a modalidade EaD nos cursos de Especialização e Extensão.

Adiciona-se que a Escola tem participado também do Colegiado das Escolas de Governo do Município de São Paulo (CONSEGOV), reforçando sua integração com os diversos atores que compõem a organização municipal.

Destaque-se que a Escola Superior de Gestão e Contas Públicas lançou mão de um curso de formação em gestão pública, formatado nos moldes dos cursos de aperfeiçoamento em extensão universitária, desenvolvido e voltado para os servidores integrantes do Consórcio do Grande ABC e da Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba.

No plano temático do sistema de controle externo dos Tribunais de Contas, mencionamos ainda os acordos e parcerias celebrados junto a: Instituto Rui Barbosa – IRB; Tribunal de Contas do Estado do Maranhão – TCEMA; Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso – TCEMT; Tribunal de Contas do Estado do Acre – TCEAC; e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP.

Diversas são as atividades de cooperação e diálogo estabelecidas internamente ao sistema dos tribunais de contas, tais como a inserção da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas no “Portal do Conhecimento” do Instituto Rui Barbosa, o desenvolvimento da série sobre a nova lei de licitações e obras públicas, firmada junto do TCESP, e a participação dos servidores da Escola nos grupos da Rede Integrar, de discussões sobre os impactos e as ações relevantes do Controle Externo brasileiro.

A EGC busca protagonizar ações educacionais de envergadura nacional, com o objetivo de se constituir como referência no sistema brasileiro de Controle Externo, em parceria e colaboração com outros Tribunais de Contas. Podem ser indicados como eventos de envergadura e repercussão nacionais o Primeiro Encontro Nacional de Auditoria Financeira dos Tribunais de Contas, realizado em 2023, e os Ciclos de Licitações e Obras Públicas e de Auditoria de Obras Públicas, realizados em 2023 e 2024, respectivamente.

Há que se destacar, ainda, que a EGC busca a internacionalização de sua atuação, promovendo debates e participação de atores e temáticas internacionais. Exemplos dos esforços de internacionalização são os seguintes eventos realizados em 2024: “O controle externo do gasto público na Espanha”, com a presença da Conselheira Maria Dolores Genaro Moya, do Tribunal de Contas da Espanha e o Congresso Internacional Democracia, Governança e Políticas Públicas, que contou com a presença de autoridades e estudiosos brasileiros e franceses, nas áreas do direito administrativo, direitos humanos, ciência política, urbanismo, entre outras, além de painéis de apresentação de destacados trabalhos de estudantes dos cursos de pós-graduação da Escola.



BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) criou a Escola de Gestão e Contas (EGC) pela Resolução nº 09/1996 e, posteriormente, reformulada pela Resolução nº 03/2003. A EGC foi destinada a promover a capacitação e o aperfeiçoamento contínuo do corpo funcional do TCMSP, oferecendo: cursos de especialização, em nível de pós-graduação lato sensu, cursos de aperfeiçoamento profissional, ciclos de conferências, seminários, palestras e outros eventos assemelhados.

A Lei Municipal nº 13.877, de 23 de julho de 2004, reorganizou administrativamente o TCMSP, vinculando a Escola de Gestão e Contas ao Gabinete da Presidência. No mesmo ano, o Colegiado aprovou a Resolução nº 10/2004, delegando ao então Conselheiro Eurípedes Sales a direção da Escola de Contas. Em 2009, sob a presidência do Conselheiro Roberto Braguim, foi aprovada a Resolução nº 06/2009, conferindo à Escola de Contas a denominação “Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales”, ratificada pelo Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEESP) por meio do Parecer CEE nº 284/2009, de 02 de setembro de 2009.

Em 21 de outubro de 2011, foi inaugurada a nova sede da EGC, planejada para apoiar sua missão de fomentar a construção e a disseminação do conhecimento especializado em gestão pública e controle externo, contribuindo para a efetividade do controle das contas públicas. A Lei nº 15.508, de 13 de dezembro de 2011, alterou os anexos I, II e IV integrantes da Lei nº 13.877/2004, criando cargos e funções na Escola de Gestão e Contas, além de outras alterações.



Em 26 de março de 2015, foi publicada no DOCSP a Resolução nº 03/2015 do TCMSP, delegando a direção acadêmica e administrativa da Escola ao Conselheiro João Antonio da Silva Filho. Em 31 de janeiro de 2019, foi publicada no DOCSP a Resolução nº 01/2019 do TCMSP, que delegou a direção acadêmica e administrativa da Escola ao Conselheiro Maurício Faria. Em 16 de dezembro de 2021, foi publicada no DOCSP a Resolução nº 29/2021 do TCMSP, que delegou a direção acadêmica e administrativa da Escola ao Conselheiro Eduardo Tuma. Finalmente, a gestão atual de supervisão da EGC, designada pela Resolução nº 38/2022, incumbida ao Conselheiro João Antonio da Silva Filho.



O primeiro credenciamento da EGC junto ao CEE/SP, pelo período de cinco anos, ocorreu em 05 de janeiro de 2007, conforme publicação da Portaria CEE/GP nº 508/2006, com o curso de Especialização lato sensu em Administração Pública. Em 01 de março de 2013, publicou-se a Portaria nº CEE/GP nº 68/2013, dispondo sobre o credenciamento da EGC, por mais cinco anos. Em 21 de março de 2019, publicou-se a Portaria CEE GP nº 135/19, que credenciou a Escola por mais cinco anos. Finalmente, em 20 de junho de 2024, foi publicado o credenciamento da EGC para fornecer programas de pós-graduação, sob autorização do Parecer nº 250/2024, nos autos do Processo CEESP-PRC-2023/00153.

Outros marcos normativos relevantes para a Escola Superior de Gestão e Contas Públicas foram as recentes revisões de seu Regimento Interno, integralmente redesenhado e aprovado pela Resolução nº 19/2023, e a aprovação de seu Projeto Político Pedagógico, pela Resolução nº 06/2024.

A Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo cumpre com todos os requisitos e diretrizes do Conselho Estadual de Educação de São Paulo para permanecer credenciada no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo,

permitindo à Escola oferecer regularmente cursos de Pós-graduação Lato Sensu na modalidade especialização. Desde que a Escola iniciou a oferta de cursos de pós-graduação Lato Sensu, a partir do seu primeiro credenciamento junto ao CEE/SP em 2007, já seguiu as diretrizes das deliberações: CEE N° 03/2000, CEE N° 108/2011, CEE N° 147/2016, CEE N° 197/2021 e CEE N° 210/2022. Os novos cursos de Pós-graduação Lato Sensu na modalidade Especialização propostos a partir de 2025 seguirão a Deliberação CEE N° 223/2024.

Em conformidade com as instruções do CEE/SP, todos os docentes que ministram aulas em cursos de Especialização na Escola possuem a titulação de mestre ou doutor. Em cumprimento às previsões do CEE/SP, a Escola possui objetivos institucionais, público-alvo definido, infraestrutura física adequada e acessível para o desenvolvimento de suas atividades, recursos tecnológicos de apoio e acesso às redes de informação, biblioteca com acervo especializado e atualizado nas áreas de formação dos cursos de especialização, estrutura acadêmico-administrativa e projetos de pesquisa e extensão.

Todos os cursos de especialização da Escola são aprovados por atos do CEE/SP. A Escola sempre comunica ao CEE/SP a abertura de processos seletivos para novas turmas de cursos de especialização já aprovados. Comunicações, esclarecimentos, solicitações de aprovação, encaminhamento de documentos e pedidos de autorização são realizados pela Escola por meio de ofícios endereçados à Presidência do CEE/SP. A direção da Escola mantém comunicação constante via e-mail com os técnicos do CEE/SP e, sempre que necessário, realiza reuniões presenciais na sede do Conselho

Quadro 1 – Atos de aprovação do CEESP de cursos de pós-graduação da Escola.

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO APROVADOS PELO CEESP	ATO DE APROVAÇÃO DO CEESP
Aperfeiçoamento em Controladoria Governamental	Parecer CEE N° 165/2010
Especialização em Gestão Pública Ambiental	Parecer CEE N° 332/2010
Especialização em Administração Pública	Parecer CEE N° 446/2011
Especialização em Análise de Contas Públicas	Parecer CEE N° 393/2012
Especialização em Gestão e Controle Externo das Contas Públicas	Parecer CEE N° 304/2015
Especialização em Direito Público Municipal	Parecer CEE N° 348/2017
Especialização em Gestão e Controle Social das Políticas Públicas	Parecer CEE N° 53/2019
Especialização em Políticas Públicas	Parecer CEE N° 32/2022
Especialização em Direito Administrativo	Parecer CEE N° 72/2022
Especialização em Formação do Estado: Ética e Filosofia Política	Parecer CEE N° 189/2022
Especialização em Engenharia Civil: Infraestrutura e Obras Públicas	Parecer CEE N° 298/2024

EXPANSÃO DAS ATIVIDADES DA ESCOLA

A Escola reúne as qualificações e a diversidade de público-alvo e de inserção local, regional e nacional para expandir suas atividades e consolidar mais programas e ações voltadas à sua comunidade acadêmica. Os planos de expansão das atividades da Escola contemplam todas as ações educacionais ofertadas, como novos programas de pós-graduação lato sensu, cursos de extensão, eventos, oficinas e grupos de estudos.

Considerando-se, especificamente, as modalidades de ações educacionais reguladas, quais sejam pós-graduação lato e stricto sensu, a Escola planeja o desenvolvimento e oferta de mestrado profissional (pós-graduação stricto sensu), gratuito e aberto à sociedade, voltado à área de administração pública, nas linhas de controle de conformidade, financeiro e operacional e controle das políticas públicas, visando aprimorar a contribuição do Tribunal nas gestões públicas locais, no controle social exercido pela sociedade civil e na pesquisa científica e profissional sobre a atuação do Estado brasileiro.

Para se dimensionar a relevância da oferta, há que se contextualizar a inserção e o público-alvo que se busca acessar. A região metropolitana da Cidade de São Paulo, segundo o Censo do IBGE de 2022, concentra uma população de cerca de 21,8 milhões de habitantes – constituindo-se na maior aglomeração urbana da América Latina. A tendência histórica, inclusive, vem demonstrando o crescimento da região, conforme a contraposição dos Censos de 2010 e de 2022: a Cidade de São Paulo cresceu, em termos populacionais, 8% nos últimos doze anos, mas municípios de médio porte, integrantes da região metropolitana, apresentaram crescimento expressivo no mesmo período, como é o caso de Mairiporã (40%), Barueri (42%), Cotia (44%) e Cajamar (58%)¹.

O crescimento populacional é acompanhado pelo crescimento da prestação de serviços públicos, em cumprimento às disposições constitucionais. Segundo o Atlas do Estado Brasileiro, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), há uma desproporção histórica nos vínculos públicos (1985-2019): para cada servidor federal, existem 7 servidores municipais, e para cada servidor estadual, há 2 servidores municipais². A cidade de São Paulo, sozinha, possui mais de 134.000 servidores públicos ativos³.

Quanto ao Controle Social, a cidade também conta com mais de 70 conselhos de políticas públicas, 32 conselhos participativos municipais e 52 conselhos tutelares, além de mais de 50.000 ONGs registradas e atuantes. A Câmara Municipal de São Paulo, a maior casa legislativa municipal do Brasil, é composta por 55 vereadores.

Nestas circunstâncias de grande acúmulo populacional, com conseqüente contingente expressivo de servidores públicos municipais, estaduais e federais, forte presença de participação social por meio de organizações não governamentais e conselhos de políticas públicas, maior legislativo municipal do território nacional, a consulta à plataforma Sucupira apresenta um cenário de oportunidades limitadas ao mestrado profissional em políticas públicas: existem somente dois programas vigentes na capital⁴ e nenhum programa gratuito.

Assim, a Escola se propõe à construção de alternativa gratuita e de acesso franqueado ao público-alvo de integrantes da sociedade civil, a partir de processo de seleção, para contribuir para o cenário formativo, profissional e de pesquisa na área de políticas públicas, com enfoque em eficiência, eficácia e efetividade, com particular destaque ao contexto de desigualdades sociais e territoriais.

O desenvolvimento de um programa de pós-graduação *stricto sensu* se alinha aos esforços contínuos de aprimoramento da oferta formativa da Escola, consolidando os eixos temáticos e linhas de atuação presentes no Projeto Político-Pedagógico e neste PDI (item 2.7, abaixo).

A Escola atua em diversas frentes que agregam pesquisa científica à produção técnica do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. A pesquisa desenvolvida pelos estudantes nos trabalhos de conclusão de curso exemplifica essa combinação de esforços, assim como a produção da Revista Simetria (item 3.1.2, abaixo), periódico que recebe manuscritos por chamada pública.

Destaca-se também o Observatório de Políticas Públicas, que visa fortalecer o papel do Tribunal de Contas na avaliação da efetividade das políticas públicas do Município de São Paulo, focando na redução das desigualdades socioespaciais. O observatório é integrado por docentes, discentes, servidores do TCMSP e da Prefeitura Municipal de São Paulo, além de pesquisadores de instituições como USP, UFABC, FGV, Insper e Universidade Nove de Julho.

O Mestrado Profissional a ser desenvolvido priorizará a pesquisa aplicada, as pesquisas participantes, os estudos de caso, as pesquisas comparativas e os projetos que potencializem o tripé controle externo, controle interno e controle social das políticas públicas, em consonância com a missão institucional da Escola e da sua mantenedora (item 5.2.1, abaixo). A pós-graduação *stricto sensu* fortalecerá as linhas de atuação e os eixos temáticos da Escola, criando novos grupos de pesquisa e aprofundando a produção técnico-científica com a participação ativa de docentes e discentes na elaboração de soluções e análises de políticas públicas.

Registra-se, igualmente, o estudo e a viabilidade da implementação de modalidades de ensino a distância (EaD) gratuitas e abertas à sociedade, ampliando o alcance territorial das ações educacionais. A experiência obtida durante a pandemia de COVID-19, com a

implementação de modalidades remotas, demonstra o compromisso da Escola com a interiorização e capilaridade das ações educacionais e do conhecimento em todo o território nacional, em cooperação com o Tribunal de Contas do Município de São Paulo e outras instituições.

¹ JORNAL DA UNESP. Prévía do censo de 2022 mostra que, desde 2010, população da Grande SP ganhou 2 milhões de habitantes. Disponível em: [https://jornal.unesp.br/2023/01/30/previa-do-censo-de-2022-mostra-que-desde-2010-populacao-da-grande-sp-ganhou-2-milhoes-de-habitantes/#:~:text=Divulgado%20no%20final%20de%202022,entre%20cada%20um%20dos%20munic%C3%ADpios](https://jornal.unesp.br/2023/01/30/previa-do-censo-de-2022-mostra-que-desde-2010-populacao-da-grande-sp-ganhou-2-milhoes-de-habitantes/#:~:text=Divulgado%20no%20final%20de%202022,entre%20cada%20um%20dos%20munic%C3%ADpios.). (acesso: 30/01/2025).

² Atlas do Estado Brasileiro. Densidade de vínculos de trabalhos públicos, por nível federativo (1985-2019). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasestado/consulta/79>.

³ Quadro de servidores ativos - Abril 2024. PMSP. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/guest/w/aceso_a_informacao/366390.

⁴ Plataforma Sucupira, entradas: Sudeste, áreas de avaliação: Interdisciplinar e Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo. Disponível em: <https://sucupira-v2.capes.gov.br/programas?regiao=Sudeste&area-avaliacao=27&search=pol%C3%ADticas+p%C3%ABlicas&size=20&page=0> e <https://sucupira-v2.capes.gov.br/programas?regiao=Sudeste&area-avaliacao=27&search=pol%C3%ADticas+p%C3%ABlicas&size=20&page=0> (acesso em 31/01/2025).

2. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Projeto Político Pedagógico da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas foi aprovado pelo Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Município de São Paulo pela Resolução nº 06/2024. Abaixo encontram-se os principais extratos do documento, publicado em 15 de março de 2024, cuja reprodução ampara a elaboração deste PDI.

2.1 PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS

A análise dos referenciais teóricos, dos principais normativos acima detalhados e das contribuições firmadas pela comunidade escolar, então servidores da EGC, pelos alunos egressos, e pela comunidade do TCMSP, os princípios que fundamentam este Projeto Político Pedagógico são os seguintes:

2.1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Proporcionar conhecimento com envolvimento do corpo discente a exemplos práticos, utilizando-se de metodologia e didática que permitam melhor compreender a matéria em estudo, auxiliando o aluno a refletir sobre a solução de questões cotidianas, que eventualmente sejam utilizadas.

2.1.2 EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA (LIFELONG LEARNING)

“O conceito de educação ao longo da vida não prevê uma distinção entre educação formal inicial e educação permanente. Ele surge da necessidade das pessoas de buscarem por meio da educação as respostas para lidar com situações inusitadas que surgem em suas vidas pessoais e profissionais” (ENAP, 2020, p. 15).

2.1.3 EXPERIMENTAÇÃO

“A experimentação tem como objetivo o teste de soluções em pequena escala, rápido e de baixo custo, a fim de verificar na prática os efeitos do experimento, minimizando o risco de fracasso na fase de implementação” (ENAP, 2020, p. 16).

2.1.4 INOVAÇÃO

“A inovação é vista como prática sistêmica para transformação no setor público, pautada nos valores da colaboração, proatividade, abertura ao risco, atuação em rede, simplificação, empatia e foco no usuário. As ações voltadas à inovação colaboram para o desenvolvimento de soluções que respondam com maior eficiência às demandas da sociedade” (ENAP, 2020, p. 16).

2.1.5 INTERATIVIDADE

Proporcionar integração e relacionamento constante na trilha de aprendizagem que se oferece, tanto na abordagem do conhecimento como na troca de experiências do professor com o corpo discente ou ainda do corpo discente com ele próprio.

2.1.6 PLURALIDADE

Respeitar todas as opiniões, convicções e comentários realizados ao longo do processo de ensino.

2.1.7 INTERDISCIPLINARIDADE

Manter sempre ativo o fomento do diálogo entre várias disciplinas que pelo conhecimento técnico e/ou profissional que detém, ainda que diferenciados entre si, são fundamentais para a construção do conhecimento propriamente dito.

2.1.8 PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

Incentivar a organização coletiva e coordenada das atividades didáticas pelo próprio corpo discente, propiciando a liderança e a habilidade de se trabalhar em grupo de forma harmônica, produtiva e eficaz.

2.1.9 VALORIZAÇÃO DE METODOLOGIAS ATIVAS DE APRENDIZAGEM

Estimular a autonomia do aluno, valorizando a construção do seu próprio conhecimento, prático ou de pesquisa, para que seja o protagonista, o centro, do processo de ensino e de aprendizagem, em contraponto ao método tradicional de ensino no qual o aluno se investe da qualidade de agente passivo à recepção da teoria para dela partir para o campo prático.

Todos estes princípios se ajustam ao processo de aprendizagem baseado na ciência da andragogia, vale dizer, no ensino voltado ao público adulto, que tem por característica valorizar sua autonomia com respeito ao conhecimento já adquirido ao longo da vida, e também na filosofia educacional da pedagogia crítica que define como fundamental a condição reflexiva e crítica que é desenvolvida pelo próprio discente, segundo contextos sociais, econômicos, políticos, históricos e culturais onde vive (FREIRE, 2019).

2.1.10 ANDRAGOGIA

Quadro 2 - Pressupostos dos modelos pedagógicos e andragógicos

	PEDAGOGIA TRADICIONAL	ANDRAGOGIA
Conceito de aluno	Dependente (passivo)	Autodirigido (ativo)
Conceito de professor	A sociedade espera que o professor decida o quê, quando e como vai ser aprendido e se foi aprendido	O professor tem o papel de encorajar e alimentar o autodirecionamento
Papel das experiências anteriores do aluno	Pouca importância	Um recurso rico de aprendizagem para si e para outros
Técnicas de ensino	Aulas expositivas, leituras, exposições áudio visuais	Experimentos de laboratório, debates, solução de problemas, estudos de caso, simulação, experiências de campo
Disposição para aprender	Função da pressão da sociedade	Função das necessidades da vida real
Orientação para a aprendizagem	Aquisição de conteúdo (centrado em matérias) / Uso no futuro	Aquisição de competências (centrado em performance) / Uso no presente

Fonte: Garcia (2021), adaptado de Knowles, Holton e Swanson (2011).

A Andragogia é o processo de ensino e aprendizagem voltado ao público adulto, que tem por característica valorizar sua autonomia com respeito ao conhecimento já adquirido ao longo da vida. Justamente por decorrência das Escolas de Governo terem um público-alvo focado essencialmente na pessoa adulta, de qualquer idade, que naturalmente provém de autonomias e conhecimentos por experiências vivenciadas no dia a dia, trazer a ciência defendida e espalhada por Malcolm Shepherd Knowles para o contexto da EGC é fundamental. Ganha-se com a construção do conhecimento e o desenvolvimento de novas habilidades quando da formatação do processo de aprendizagem pelo corpo docente no ensino para adultos, que ora se incentiva. Comparativamente com a pedagogia tradicional, aplicada na educação de crianças e adolescentes, vejam-se os benefícios que a aplicação da Andragogia proporciona:

2.1.11 PEDAGOGIA CRÍTICA

A Pedagogia Crítica define como fundamental a condição reflexiva e crítica que é desenvolvida pelo próprio discente, segundo contextos sociais, econômicos, políticos, históricos e culturais onde vive (Freire, 2019). A Pedagogia Crítica, linha de

aprendizagem que teve em Paulo Freire (2019) um de seus criadores ao emprestar seus fundamentos para o ensino baseado na Andragogia, enriquece o processo de aprendizagem, ainda mais porque defende que: “[...] o ser humano é um sujeito concreto, situado no tempo e no espaço, num contexto socioeconômico-político-cultural definido; o homem só será um sujeito através da reflexão sobre o seu ambiente concreto. A instituição escolar está inserida num contexto histórico de determinada sociedade e deve ser um espaço social onde seja possível o processo de conscientização [...] O processo de ensino-aprendizagem passa pela problematização da realidade, numa relação horizontal em que o educador se torna o educando, e vice-versa. [...] método próprio [...] com base em três etapas: investigação: busca conjunta entre professor e aluno de palavras e temas mais significativos ao universo vocabular e à comunidade do aluno; tematização: momento de tomada de consciência do mundo por meio dos significados sociais das palavras e temas selecionados; problematização: ocasião em que o professor desafia e inspira o aluno a superar a visão acrítica do mundo [...] teoria completa do conhecimento ao situar a educação como um dos principais pilares para a construção de uma sociedade mais justa, humana e solidária” (Filatro, 2015, p. 22).

2.2 COMPROMISSOS INSTITUCIONAIS

São compromissos institucionais assumidos pela EGC:

- (a) Produção, compartilhamento e difusão do conhecimento para desenvolver o exercício da cidadania, o respeito à diversidade e a promoção da Justiça social;
- (b) Contribuição para o desenvolvimento profissional de agentes públicos e de particulares em colaboração com a Administração Pública;
- (c) Promoção da inovação no âmbito da Administração Pública;

2.3 AÇÕES PEDAGÓGICAS

As ações pedagógicas serão detalhadas a partir dos eixos temáticos oferecidos pela EGC, com esclarecimento sobre quais níveis de formação e grau acadêmico se encontram em desenvolvimento ou em vias de implantação e sob quais modalidades de ensino se projetam essa oferta.

As ações pedagógicas serão ofertadas por várias modalidades de atividades: (a) extensão; (b) pesquisa; (c) laboratório de inovação; (d) experimentação em Políticas Públicas; (e) integração e cooperação com organizações públicas e privadas congêneres; (f) integração e cooperação com a sociedade civil; (g) atividades culturais; (h) publicações acadêmicas; e (i) publicações educativas e mídias digitais.

2.4 MODALIDADES DE ENSINO

A EGC oferece as modalidades de ensino: (a) presencial; (b) à distância (EaD) e (c) híbrido, em sistema síncrono e assíncrono, vale dizer, em aulas programadas em ambiente virtual, que ocorrem com a participação integral dos instrutores ou de forma gravada.

2.5 METODOLOGIAS DE ENSINO

A Escola de Contas incentiva a adoção de metodologias ativas de aprendizagem, tais como: (a) Aprendizagem baseada em problemas (problematização ou *problem based learning* – PBL); (b) Estudos de caso; (c) Experimentos de laboratório; (d) Debates (indagação); (e) Simulação; (f) Experiências de campo; (g) Jogos (gamificação); (h) Microaprendizagem (*microlearning*); (i) Sala de Aula Invertida; e (j) Visitas Técnicas.

2.6 AVALIAÇÕES

A avaliação discente possui importante papel na consolidação do aprendizado de forma prática e deve ser dinâmico e contar com diferentes abordagens.

Sem limitar à busca por abordagens inovadoras e de medição de resultados possíveis de implementação pela EGC, na atualidade as ações educacionais e de infraestrutura física e eletrônica oferecidas especialmente nos cursos de curta duração, de extensão e de pós-graduação, são as seguintes:

(I) Avaliação do Processo de Aprendizagem: é feita pelo docente durante o processo de aprendizagem ou ao final, com a finalidade de medir o conhecimento do conteúdo da ação educacional por ele adotada.

Na pós-graduação, há pelo menos duas atividades avaliativas por disciplina – que podem ser compostas por provas e seminários, individuais ou grupais, cuja média mínima de aprovação deve ser 7,0 (sete), e frequência mínima de 75%. Ao final, há o trabalho de conclusão de curso (TCC) que deve ser a elaboração de um artigo a ser avaliado por banca com dois membros internos (incluindo o orientador) e um membro externo.

(II) Avaliação de Reação: é feita pelo aluno ao final do processo de aprendizagem, sobre os recursos humanos, instalações, material didático, domínio do educador, metodologia etc.

Além destas, em fase de implantação, está prevista a AVALIAÇÃO DE IMPACTO que é feita com os gestores públicos para medir o desenvolvimento profissional de servidor indicado para capacitação e aperfeiçoamento profissional, prospetando-se sua realização após o lapso temporal de seis meses a um ano do término do ciclo de aprendizagem recebido, , conforme planejado no Objetivo 3 deste PDI.

2.7 EIXOS TEMÁTICOS

Os temas que a EGC tem identificado como relevantes para o desenvolvimento das suas ofertas educacionais se relacionam com as diversas áreas de formação do conhecimento, com caráter interdisciplinar, agregadas às ciências exatas, ciências humanas e sociais aplicadas, engenharias e ciências biológicas e de saúde. Em destaque estão, fundamentalmente, os seguintes eixos temáticos: a) administração, gestão e finanças públicas; b) políticas públicas, integradas por subeixos como educação, saúde, urbanismo, meio ambiente, gênero, redução das desigualdades e direitos humanos; c) direito público, integrado por seus subeixos em direitos administrativo e licitações e contratos administrativos; d) controle externo e interno; e) controle social; f) direito público; g) engenharia, infraestrutura e obras públicas; h) inovação (ciência de dados e tecnologia); e i) contabilidade pública. Soma-se, ainda, aos eixos temáticos da EGC o eixo de cultura, voltado à promoção e difusão de atividades culturais para o corpo social da EGC.

Por meio de seus eixos temáticos, a EGC confere especial atenção ao estudo e às iniciativas de enfrentamento da redução das desigualdades sociais, espaciais, étnico-raciais, diversidade e gênero.

A partir destes eixos, considerados os níveis de formação e grau acadêmico existentes, é que se distribuem as ações educacionais nos segmentos de: (a) cursos de pós-graduação lato sensu (Especialização); (b) atividades de extensão, segregadas em cursos e eventos tais como oficinas, palestras, congressos, seminários e encontros; (c) cursos de curta duração sob demanda para servidores do TCMSP (cursos contratados in company); (d) cursos de curta duração para organizações públicas (turma fechada). No futuro próximo, pretende-se juntar a estas ofertas formativas as trilhas de aprendizagem e os cursos de pós-graduação stricto sensu, em nível de mestrado profissional.

2.8 OBJETIVOS DO PPP

Para os propósitos do PDI 2025-2029, faz-se destaque aos objetivos do PPP (p. 34).

1. Fomentar enquetes abertas ao público interno do TCMSP (em colaboração com a GRT), aos jurisdicionados e à sociedade para identificar as necessidades de aprendizagem, capacitação e aperfeiçoamento pessoal e/ou profissional;
2. Ampliar o acesso ao conteúdo produzido na EGC com o investimento na oferta de produtos em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), adotando o modelo de escola híbrida, e incentivo à aplicação de metodologias ativas de ensino-aprendizagem, tanto para as modalidades de ensino presencial e on-line;
3. Adotar infraestrutura apta para a oferta do ensino híbrido;

4. Construir um projeto pedagógico de programa de pós-graduação stricto sensu (mestrado profissional) da EGC e realizar as adequações institucionais para a submissão do Aplicativo para Proposta de Cursos Novos -APCN, junto à CAPES;
5. Implantar trilhas de aprendizagem sobre temas de políticas públicas, segundo a proposta sequencial de atividades de aprendizagem que sejam capazes de desenvolver o conhecimento e o aprimoramento de habilidades profissionais e do exercício da cidadania, pelo corpo discente envolvido;
6. Implantar sistema de avaliação de impacto das atividades educativas desenvolvidas na EGC;
7. Intensificar, colaborando, no que for necessário, com a Unidade Técnica de Biblioteca e Documentação - UTBD do TCMSP, o acesso dos estudantes da EGC a acervo bibliográfico, para o aprimoramento da pesquisa científica produzida na pós-graduação;
8. Consolidar o protagonismo da EGC junto às Escolas de Contas dos Tribunais de Contas do Brasil, viabilizando seu potencial de cooperação e de realização de pesquisas focadas em responder problemas da Administração Pública e dos cidadãos, contando ainda com a criação do laboratório de inovação como suporte às metodologias de ensino, de aprendizagem e de avaliação baseadas na prática.

2.9 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA EAD

O ingresso da Escola na modalidade de ensino à distância (EaD) teve início durante o isolamento social motivado pela pandemia, em 2020, na forma remota síncrona, com a aquisição de licenças Microsoft Teams para as salas de aula virtuais e a adesão ao Moodle como ambiente virtual de aprendizagem. Para isso, investiu-se em tecnologia da informação e comunicação e capacitou seu corpo docente, técnico e administrativo. A experiência da Escola no meio remoto apresentou-lhe crescimento exponencial de sua oferta formativa e um incremento qualitativo de suas atividades, com a diversidade geográfica e interinstitucional do corpo discente e de docentes convidados.

Conforme descrito no tópico “Público-alvo e Inserção Local, Regional, Nacional e Internacional”, considerando-se as dificuldades de deslocamento dentro da cidade de São Paulo, e levando-se em conta as potencialidades pedagógicas das modalidades EaD e híbrida, justifica-se a pertinência do objetivo de expansão manifestado no PPP e neste PDI. Neste sentido, a Escola está desenvolvendo as seguintes ações:

- a) Aquisição de infraestrutura tecnológica e desenvolvimento de ações para ampliar a modalidade remota síncrona e, eventualmente, assíncrona.
- b) Apeachmento tecnológico para gravação e edição de aulas e conteúdos digitais.

c) Políticas de aperfeiçoamento do quadro técnico e administrativo para a prestação de suporte e atendimento remoto aos docentes e discentes.

d) Políticas de aperfeiçoamento dos docentes para atuação mediada por tecnologia, incorporando metodologias, recursos bibliográficos e materiais didáticos adequados à EaD.

e) Implementação de acessibilidade universal, tecnologia assistiva, apoio pedagógico e administrativo para discentes e docentes com deficiência.

f) Expansão do acervo digital da Biblioteca, e crescente adoção de referências bibliográficas digitais de acesso aberto nos cursos.

Fortalecimento das conexões com as Escolas de Contas e o Portal IRB do Conhecimento, para a eventual necessidade de apoios descentralizados, mesmo que não haja a intenção de se estabelecer polos.

3. PLANO DE GESTÃO INSTITUCIONAL

3.1 ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA INSTITUCIONAL

A Escola Superior de Gestão e Contas Públicas, como Escola de Governo vinculada a um órgão autônomo, integra o grupo de unidades que compõem o Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP), conforme previsto no art. 3º, da Lei Municipal de São Paulo nº 13.877/2004, alterado pela Lei Municipal de São Paulo nº 14.916/2009, que estabelece: "Art. 3º O Gabinete da Presidência compõe-se de Assessoria Especial da Presidência, Núcleo de Tecnologia da Informação, Assistência de Segurança, Assessoria de Comunicação e Relações Institucionais e Escola de Contas".

A disposição legal acompanha a prática de gestão por delegação da direção acadêmica e administrativa da EGC a Conselheiros integrantes do Tribunal Pleno do TCMSP, desde 2004 (Resolução nº 10/2004). Desde então, a gestão administrativa e pedagógica da EGC é delegada a um Conselheiro Supervisor da EGC, que integra o Tribunal Pleno e é escolhido por decisão colegiada deste, como se infere do texto das Resoluções nº 10/2004, 05/2017, 01/2019, 29/2021 e 38/2022⁵.

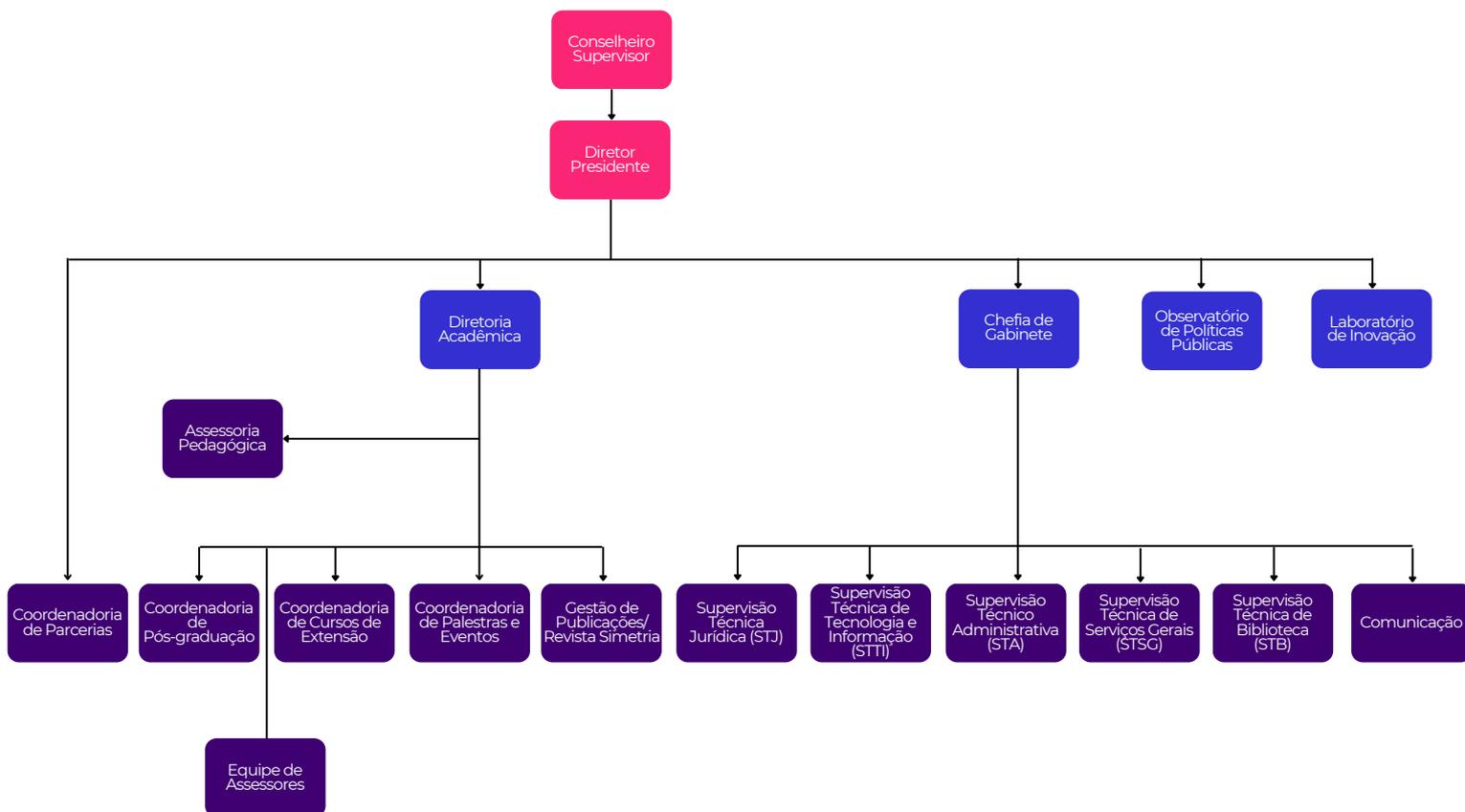
As competências e atribuições do Conselheiro Supervisor da EGC constam de seu Regimento nos artigos 11 e 12 e incluem: (a) elaboração de atos normativos para regulamentação das relações jurídico-funcionais dos servidores da EGC; (b) elaboração de atos normativos que disciplinam os serviços desenvolvidos na EGC; (c) a supervisão administrativa e pedagógica da EGC; e (d) outras atribuições que o Tribunal Pleno delegar ao Supervisor, residualmente.

Internamente, a EGC conta, em 2024, com uma equipe composta de **quarenta servidores**, alocados em diferentes subdivisões administrativas, denominadas direção, coordenações, supervisões e equipes. A descrição das equipes e de suas atribuições estão dispostas em instrumento de Regimento Interno. A primeira regulação regimental da EGC foi estabelecida em 2012, no Regimento Interno. A primeira regulação regimental da EGC foi estabelecida em 2012, com revisões em 2016 e 2020, propostas por grupos internos da EGC. Finalmente, foi reformulado em 2023, com a aprovação pelo Tribunal Pleno do TCMSP do Regimento da EGC (RIEGC), conforme a Resolução nº 19/2023, baseada em uma minuta elaborada pela equipe da EGC.

⁵ Disponíveis no seguinte buscador do sistema Sophia da Biblioteca da EGC: <https://legislacao.tcm.sp.gov.br/TerminalWeb/Resultado/ListarLegislacao?guid=1723637723387>

3.1.1 ORGANOGRAMA

Figura 1. Organograma proposto da EGC



3.1.2 ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Atualmente, a Escola Superior de Gestão e Contas Públicas (EGC) se estrutura conforme a Resolução nº 19/2023 (RIEGC), possuindo as seguintes subdivisões administrativas: Diretoria-Presidência, Chefia de Gabinete, Diretoria, Coordenações Técnicas, Supervisão Técnica Administrativa, Supervisão Técnica de Tecnologia da Informação, Supervisão Técnica de Serviços Gerais, Supervisão Técnica Jurídica, Expediente, Equipe de Instrutores, Equipe de Comunicação, Observatório de Políticas Públicas e Laboratório de Inovação Pública.



Diretoria Presidência

Conforme previsão do art. 13, do RIEGC, à Diretoria-Presidência estão incumbidas, entre outras, funções relacionadas a: **(i) gestão, planejamento e supervisão da execução:** gestão e elaboração de diretrizes estratégicas para a EGC, supervisão da consecução das diretrizes e das atividades desenvolvidas pelas Coordenações da EGC, elaboração de orientações normativas sobre as atividades pedagógicas da EGC, garantir o cumprimento da legislação, do regimento e das diretrizes estratégicas; **(ii) representação externa da EGC:** representação da EGC em suas atividades, interna e externamente, perante o TCMSP e órgãos, instituições e entidades externos e sugestão de celebração de instrumentos jurídicos de cooperação, ou congêneres, com órgãos e entidades públicos ou privados, instituições de ensino ou de pesquisa, nacionais ou estrangeiras. Apresentação de relatórios de atividades da EGC ao Conselheiro-Supervisor da EGC; **(iii) gestão e acompanhamento das iniciativas especiais** do Observatório de Políticas Públicas e Laboratório de Inovação; e **(iv) liderança e gestão dos trabalhos do órgão deliberativo em instância colegiada:** presidência e gestão do Conselho Pedagógico.



Diretoria Acadêmica da Escola

Conforme previsão do art. 14, do RIEGC, à Diretoria Acadêmica da Escola estão incumbidas funções relacionadas a: **(i) assessoria** à Diretoria Presidência da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas; **(ii) aprovação e acompanhamento** dos grupos de pesquisa formados na EGC e das atividades acadêmicas da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas, desenvolvidas pelas Coordenadorias Técnicas; **(iii) promoção de intercâmbio** com centros acadêmicos de desenvolvimento profissional de outros órgãos e entidades, como Instituições de Ensino Superior e Escolas de Governo; e **(iv) acompanhamento e gestão** da equipe designada para atividades de publicação.



Chefia de Gabinete

Conforme a previsão do art. 15, à Chefia de Gabinete estão incumbidas as funções de **(i) assessoramento e gestão** da Diretoria Presidência, **(ii) gestão e supervisão** de equipes e de servidores, em atividades como pedidos de participação em eventos e reuniões, aprovação de férias, designação de equipes, indicação de servidores para grupos de trabalho e comissões técnicas; e **(iii) gestão** de contratos, acordos e convênios firmados pela EGC.



Coordenações Técnicas da EGC

A EGC dispõe de quatro coordenações técnicas, responsáveis pelo planejamento e execução das distintas atividades previstas no art. 3º do RIEGC, cujas funções estão assim distribuídas:



Coordenação Técnica I (art. 18)

A Coordenação Técnica I é incumbida de: **(i)** planejar, com estabelecimento de diretrizes táticas e operacionais as atividades de cursos de formação, treinamento, aperfeiçoamento e extensão; **(ii)** submeter o planejamento à aprovação da Diretoria da EGC; **(iii)** acompanhar sua execução; **(iv)** analisar de resultados da avaliação das atividades realizadas; e **(v)** proceder a encaminhamentos de melhorias e aperfeiçoamentos sempre que necessário.



Coordenação Técnica II (art. 19)

A Coordenação Técnica II é incumbida de: **(i)** coordenar os programas de cursos de pós-graduação, aprovados pelos órgãos normativos competentes; **(ii)** submeter à aprovação da Diretoria da EGC as propostas de programas de pós-graduação, bem como aos órgãos normativos competentes, realizando os procedimentos de adequação e de registro de tais programas; **(iii)** planejar os cursos de pós-graduação e estabelecer diretrizes táticas e operacionais; **(iv)** elaborar e acompanhar o cronograma de execução dos cursos de pós-graduação; **(v)** acompanhar os trabalhos e atividades de conclusão dos cursos de pós-graduação; **(vi)** acompanhar e operacionalizar os processos seletivos de acesso aos cursos de pós-graduação; **(vii)** analisar de resultados da avaliação das atividades realizadas; **(viii)** proceder a encaminhamentos de melhorias e aperfeiçoamentos sempre que necessário; e **(ix)** elaborar e manter atualizado o Manual do Aluno o Manual do Professor de pós-graduação e os Manuais de Trabalhos de conclusão de curso.



Coordenação Técnica III (art. 20)

A Coordenação Técnica III é incumbida de: **(i)** planejar, com estabelecimento de diretrizes táticas e operacionais as atividades de eventos, tais como palestras, simpósios, congressos, mesas-redondas, painéis, encontros, seminários, fóruns, jornadas, colóquios e workshops; **(ii)** submeter o planejamento à aprovação da Diretoria da EGC; **(iii)** elaborar cronograma dos eventos e acompanhar sua execução; **(iv)** analisar de resultados da avaliação das atividades realizadas; **(v)** proceder a encaminhamentos de melhorias e aperfeiçoamentos sempre que necessário.

É também responsabilidade da Coordenação **(ix)** a coordenação dos procedimentos de desenvolvimento e de contratação de cursos *in company*, compreendidos como aquele ministrado presencialmente nas instalações do Tribunal ou através de plataformas de vídeo conferência, exclusivamente para servidores do TCMSP, independentemente de customização de conteúdo programático, na forma estabelecida pela Ordem Interna nº 10/2022 do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.



Coordenação de Parcerias e Convênios (art. 14-A)

A Coordenação de Parcerias e Convênios da Escola é incumbida de: **(i)** assessorar a Diretoria-Presidência na implementação e aperfeiçoamento institucional da Escola, por meio da prospecção, avaliação e apresentação de parceria de caráter científico-acadêmico; **(ii)** fomentar parcerias, convênios e instrumentos congêneres com Universidades, Institutos de Pesquisa, Instituições de Ensino Superior e outras entidades congêneres, além de Escolas correlacionadas com Entidades e Órgãos Superiores de Fiscalização, de controle interno ou externo; **(iii)** promover a integração entre o Observatório de Políticas Públicas, o Laboratório de Inovação e as instituições parceiras, fortalecendo a base pedagógica da Escola; **(iv)** fomentar parcerias institucionais com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), o Instituto Rui Barbosa (IRB), Escolas de Governo e Entidades de Fiscalização nacionais e internacionais, observando os padrões da INTOSAI; **(v)** colaborar com o Conselho Pedagógico; **(vi)** articular as atividades pedagógicas da EGC com instrumentos estratégicos do TCMSP, como o Plano Estratégico, Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), Relatórios Anuais e Levantamentos de Necessidades de Aperfeiçoamento; **(vii)** planejar e coordenar cursos, palestras e eventos que promovam a interação entre o Controle Externo, as Universidades, Instituições de Pesquisa e Entidades da Sociedade Civil; **(viii)** participar do Planejamento Anual de Atividades da Escola de Gestão; e **(ix)** contribuir para projetos e demandas que visem ao aperfeiçoamento técnico do TCMSP.



Supervisões de Unidade Técnica

A EGC dispõe de quatro supervisões de unidade técnica, responsáveis pelo gerenciamento e execução de serviços de apoio às ações educacionais, cujas funções estão assim distribuídas:



Supervisão Administrativa (art. 21)

A Supervisão Administrativa é responsável pelas atividades de secretaria acadêmica, que compreendem, dentre outras, as funções de cadastro em sistema de registro acadêmico das atividades realizadas, manutenção de todas as informações de cursos e de eventos, gestão, manutenção e atualização dos cadastros de estudantes e de instrutores, manter organizados e atualizados os registros e arquivos de todas as atividades da EGC, elaborar atestados, declarações e documentos para os estudantes, elaboração de certificados para as atividades realizadas, realizar a comunicação e manutenção dos canais de atendimento aos estudantes e alimentação do sistema virtual de aprendizagem/registo acadêmico do Moodle.



Supervisão de Tecnologia da Informação (art. 22)

A Supervisão Administrativa é responsável pelo assessoramento de todas as unidades em questões relativas à tecnologia da informação e da comunicação, pela gestão e garantia do bom funcionamento dos recursos tecnológicos, físicos e virtuais, EGC, gestão, desenvolvimento e desempenho do Ambiente Virtual de Aprendizagem e do Sistema de Registro Acadêmico utilizado na EGC (Moodle), planejar, acompanhar e executar as contratações necessárias para aquisição e manutenção de produtos e serviços ligados à tecnologia da informação e da comunicação da EGC, propor e implementar melhorias no sistema de informatização das atividades da EGC, elaborar e gerir a política de gestão e segurança de dados da EGC e promover a interlocução entre a EGC e o Núcleo de Tecnologia da Informação do TCMSP.



Supervisão Jurídica (art. 23)

A Supervisão Jurídica é responsável por prestar assessoria em assuntos jurídicos, elaborar minutas de instrumentos de cooperação técnica e convênios entre a EGC e atores parceiros, bem como acompanhar sua execução, elaborar minutas de normativos internos, acompanhar a legislação aplicável à EGC e prestar assessoria em matérias de direito.



Supervisão de Serviços Gerais (art. 24)

A Supervisão de Serviços Gerais, na qual está contemplada também a Equipe de Expediente (art. 10, RIEGC) é responsável por prestar apoio direto e operacional na execução das atividades da EGC; planejar, acompanhar e executar ações de manutenção e preservação predial e do patrimônio da EGC; prestar serviços de expediente geral (balcão de atendimento aos estudantes) e da secretaria de recepção de estudantes e visitantes da EGC; prestar apoio às atividades presenciais desenvolvidas nas salas de aula e no auditório; prestar apoio às atividades remotas em salas de aula virtuais; e realizar checagem diária da adequação das salas de aula e do Auditório da EGC.



Comunicação

A Equipe de Comunicação é composta por profissionais das áreas de comunicação social e publicidade e propaganda, voltados à difusão das diversas atividades formativas, pedagógicas e culturais promovidas pela Escola. O objetivo é amplificar o propósito da instituição de contribuir para a qualificação dos agentes públicos (internos e externos ao TCMSP) e ampliar a compreensão da sociedade sobre os assuntos de gestão pública.

A Equipe de Comunicação orienta sua atuação na Política de Comunicação do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, aprovada pela Resolução nº 05/2022, utilizando diversos formatos, ferramentas e linguagens para estabelecer diálogos com a

comunidade interna e externa. Cada ação educacional programada pelas Coordenadorias Técnicas da EGC exige uma série de iniciativas e a criação de diversos produtos para sua divulgação nas plataformas.



Corpo Docente

O Corpo Docente é composto pela Equipe de Instrutores, reconhecida pelo art. 10 do RIEGC, integrada por servidores com dedicação exclusiva ao ensino, à pesquisa e à extensão, lotados na Escola Superior de Gestão e Contas Públicas e por colaboradores externos. Os instrutores são responsáveis pelo planejamento e elaboração de ementas e roteiros de aulas, aplicação de metodologias ativas de ensino, execução de ações de educacionais (cursos e eventos) e ministério das disciplinas dos programas de pós-graduação, orientação de trabalhos de conclusão de curso e participação em bancas dos programas de pós-graduação, emissão de pareceres sobre artigos submetidos a revisão anônima aos pares para a Revista Simetria do TCMSP, participação do processo de deliberações do Conselho Pedagógico, participação do planejamento de ações e projetos da EGC, integração em grupos de pesquisa do Observatório de Políticas Públicas e participação em reuniões, correntemente, para debate de questões afetas ao ensino e aprendizagem nas Reuniões Pedagógicas. A descrição mais detalhada da diversidade de composição da equipe se encontra no Item "Corpo Docente", deste PDI.



Observatório de Políticas Públicas

O Observatório de Políticas Públicas é um centro de desenvolvimento de indicadores, pesquisas e análises sobre gestão pública e políticas públicas, gerido pela Diretoria Presidência da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas (art. 16, RIEGC). Atualmente, o Observatório desenvolve suas pesquisas a partir de Grupos de Trabalho temáticos, integrados pelos seguintes grupos de trabalho: Urbanismo, Saúde, Educação, Gênero e Regionalização do Orçamento. Há, ainda, subdivisões temáticas, como os grupos de estudo de habitação, de transporte e de mudanças climáticas, internos ao GT Urbanismo.

Os resultados das pesquisas são apresentados à sociedade em diversas linguagens, como mapas, relatórios e cartilhas, todos disponíveis no sítio eletrônico do Observatório (<https://observatorio.tcm.sp.gov.br/>). Além disso, são realizadas ações educacionais, como eventos e cursos de extensão.

O Observatório desenvolve suas atividades em parceria com diversos atores internos e externos, ampliando laços institucionais relevantes e criando redes de contato entre entes públicos, universidades, sociedade civil organizada e o TCMSP. Além de contar com a parceria de auditores integrantes da Secretaria de Controle Externo nos GTs, o Observatório conta com participantes entre servidores do Tribunal de Contas do

Município de São Paulo e integrantes das diversas entidades públicas e privadas com quem estabelece parcerias.



Laboratório de Inovação

O Laboratório de Inovação é um centro interdisciplinar voltado à promoção de iniciativas de fomento à inovação, de pesquisas e de cursos sobre inovação; estabelecimento de estratégias de identificação de oportunidades de inovação no Tribunal de Contas do Município de São Paulo e na Administração Pública; apoio a projetos inovadores por meio de cooperação e de capacitação; promoção da priorização e experimentação de iniciativas e práticas inovadoras; e coordenação de diálogo interinstitucional e multidisciplinar para promoção e adoção de melhores práticas inovadoras junto a Redes de Inovação (art. 17, RIEGC).

O Laboratório é composto por equipe multidisciplinar que se propõe a implementar iniciativas inovadoras, com o objetivo de modernização de processos de trabalho, promoção da cultura de inovação e de abertura ao risco e erro, além da capacitação de pessoas, seja por meio de estratégias colaborativas (bancos de soluções, caixa de sugestões, edição colaborativa de projetos), seja por meio da aplicação de novas tecnologias e de metodologias inovadoras para soluções de desafios (design thinking, métodos ágeis e pensamento criativo).

Além disso, o Laboratório busca inserir-se ativamente em ecossistemas de inovação, colaborando com outras organizações para expandir o impacto e a abrangência de suas iniciativas.



Equipe de Publicações

A Equipe de Publicações está voltada à produção, edição e publicação de materiais cuja finalidade essencial é a difusão de pesquisas e estudos (art. 3º, inciso VII, RIEGC), de caráter técnico, científico, cultural e informativo. As funções da equipe compreendem desde o planejamento e a concepção da publicação, passando pela gestão dos processos de captação de textos, designação de revisão e pela gestão da diagramação e da arte, elaboração dos elementos extratextuais, até o processo de disponibilização do material, impresso e digital.

Atualmente, a principal publicação é a **Revista Simetria do TCMSP**, periódico semestral, que, a cada edição, contém em torno de dez artigos oriundos da chamada pública permanente, da chamada temática para o caderno especial e de convites a autores notórios em seu campo científico, técnico ou político de atuação. Desde que foi incorporada pela EGC, o viés científico da Revista Simetria vem se fortalecendo e convergindo para os propósitos da pós-graduação.

A Revista Simetria do TCMSP adota os seguintes critérios de boas práticas editoriais científicas: chamamento público de artigos, revisão anônima aos pares, adesão ao *Open Journal System*, indexação no *GoogleScholar*, indexação no *Latindex* e adoção do *Document Object Identifier (DOI)* e de sistema antiplágio. Internamente, a revista se apresenta como uma oportunidade de publicação para docentes, discentes, auditores, assistentes técnicos, grupos de estudos e grupos de trabalho da EGC, do TCM e do Observatório de Políticas Públicas. Externamente é uma oportunidade para as instituições parceiras, para universidades, instituições de pesquisa e de pesquisadores independentes em geral que desejam contribuir, em última instância, para o aprimoramento da Administração Pública.

3.1.3 ÓRGÃOS COLEGIADOS E INSTÂNCIAS DECISÓRIAS

As instâncias decisórias contidas na estrutura da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas se dividem entre decisões temáticas das ações educacionais, alocadas na função de Coordenação Técnica, com as Diretorias como instâncias decisórias máximas por hierarquia institucional; e decisões colegiadas, deliberativas ou por consensos construídos.

As decisões colegiadas deliberativas são regulamentadas e estão alocadas no âmbito do Conselho Pedagógico da EGC, conforme artigos 45 e 46 do RIEGC. O Conselho Pedagógico é composto pela Diretoria-Presidência, pela Diretoria Acadêmica da Escola, pelas Coordenações Técnicas e por Membro do Corpo Docente eleito entre os pares, com previsão de possibilidade (e frequentemente implementação) de participação de integrantes dos quadros técnicos da EGC.

Encontram-se no escopo deliberativo do Conselho Pedagógico as seguintes matérias: **diretrizes estratégicas** da EGC, **processos de seleção e acesso à pós-graduação**, **matérias** em geral concernentes à EGC, **projetos de pesquisa e de estudos** propostos internamente à EGC. Destaque-se que o Conselho Pedagógico também opera como instância recursal de deliberação sobre pedidos realizados por membros do corpo discente à Secretaria Administrativa e às Coordenações (art. 46, RIEGC).

Além do conselho pedagógico, o Regimento Interno prevê a possibilidade de criação de outros mecanismos coletivos de deliberação, como previsto no **art. 44** do RIEGC:

"Art. 44. A Escola Superior de Gestão e Contas Públicas poderá criar e reconhecer órgãos deliberativos pedagógicos, dotados de representação docente e discente, nos termos do art. 12 deste Regimento.

Parágrafo único. A representação docente e discente será sempre exercida por meios democráticos e por tempo determinado, em garantia à alternatividade de representação e de acesso a postos deliberativos."

Fora os órgãos deliberativos regimentais, note-se que a EGC, ao longo de seus anos de gestão e desenvolvimento de atividades, segue a tradição de construção de consensos em decisões coletivas, das quais participam representantes das diversas áreas que integram a Escola.

3.1.4 SISTEMA DE REGISTRO ACADÊMICO

O Sistema de Registro Acadêmico na Escola Superior de Gestão e Contas Públicas congloba dois modelos que são aplicáveis de acordo com a natureza da ação educacional envolvida e a consequente regulação necessária.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle) contém um sistema de registro dos usuários, onde o aluno cria seu perfil, acessa conteúdos disponibilizados, seus certificados e seu histórico de ações educacionais das quais o estudante participou. Quanto ao armazenamento de dados pessoais para controles e emissão de certificação, o perfil é integrado por nome completo, CPF, e-mail como contato e algumas informações de perfil profissional que se conectam à função de escola de governo da EGC (se servidor do TCMSP, da PMSP ou da CMSP).

Este perfil existe para todos os usuários, tanto em atividades reguladas quanto não reguladas (cursos de extensão e eventos), uma vez que o Moodle desempenha tanto a função de ambiente de aprendizagem, no qual são disponibilizados materiais, links de acesso a atividades remotas, quanto a função de sistema de registro acadêmico para lançamento de presenças e de notas. O controle de acesso aos perfis é restrito às Supervisões Administrativa e de Tecnologia da Informação.

O segundo modelo de registro acadêmico abarca as relações estabelecidas em cursos de **pós-graduação**. Por se tratar de atividade de ensino regulada, com regramento que exige registros e escrituração específicos, a EGC mantém registros processuais e em disco rígido dos dados cadastrais exigidos dos estudantes (endereço de e-mail, nome completo, CPF, data de nascimento, telefone de contato, sigla do órgão se for servidor público, endereço residencial, cópia do diploma), bem como a ficha de matrícula e eventuais dados cadastrais específicos para solicitação de carteira de estudante (para transporte, por exemplo).

Os estudantes de pós-graduação possuem perfis no Moodle, onde podem acessar materiais, links, fóruns de debates e fazer upload de documentos. No entanto, para fins de escrituração necessária à atividade regulada, a Supervisão Administrativa mantém os registros cadastrais dos estudantes, junto das comprovações de efetiva conclusão das disciplinas e do trabalho de conclusão de curso em processos específicos digitais,

do sistema de processo eletrônico do TCMSP, bem como manter cópias de tais registros em disco rígido (espaço H://), disponibilizado pelo TCMSP.

O modelo de comunicação para registro de outras demandas dos estudantes – como emissão de declarações, dúvidas e disponibilização de acesso - são realizados presencialmente por balcão de atendimento e pelo e-mail institucional da Escola, conforme descrito no item "Atendimento aos estudantes".

Ressalta-se que o acesso a tais dados, bem como seus lançamentos e controle de regularidade e redundância são conduzidos com exclusividade pelas Supervisões Administrativas e de Tecnologia da Informação, com logs de acesso restritos, e que somente servidores autorizados podem acessar e lançar os dados necessários.

3.1.5 COMUNICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COM A COMUNIDADE INTERNA: ESTRATÉGIAS E MÉTODOS

Mailing interno: as atividades oferecidas pela EGC são divulgadas por envio de e-mail marketing (flyer) a todos os servidores e a todas as servidoras do TCMSP. O layout de divulgação é enviado mais de uma vez, inclusive no dia do evento como lembrete.

Painéis físicos e eletrônico: Distribuição dos flyers de todos os eventos nos cinco painéis físicos distribuídos pelo Tribunal. Alimentação diária dos dados no painel da ocupação das salas da EGC, exibido no circuito interno de tevê.

Elemídia: Produção de vídeos semanais para a Elemídia, apresentando ao público interno as atividades da EGC oferecidas na semana subsequente. O material é postado pela Assessoria de Imprensa do TCMSP.

Intranet e Comunicados: a EGC se vale do portal interno do Tribunal (intranet), postando material de divulgação das atividades programadas nos campos Notícias e Comunicados. A administração desse espaço, porém, está sob a competência da Assessoria de Imprensa do TCMSP.

Papel de parede dos computadores: semanalmente, a Comunicação da EGC consolida e encaminha à Assessoria do Tribunal as informações de atividades a serem realizadas na semana subsequente para serem divulgadas no papel de parede dos computadores dos servidores e das servidoras do Tribunal.

Peças gráficas e logotipos: A Comunicação se ocupa da revisão e diagramação de materiais gráficos produzidos pela Escola, como o Relatório Anual de Atividades. Além disso é responsável pelo design de logotipos de produtos criados pela EGC.

Comunicação com estudantes: vale enfatizar que as comunicações e informações destinadas aos estudantes da EGC, relativas às características das atividades, tais como a disponibilização de material de apoio e conteúdo, aviso de alteração de datas e de salas, mensagens de professores, lançamentos de faltas e de notas, são realizadas pela **Supervisão Administrativa**, pelas **Coordenações Técnicas** e pelos **Instrutores** diretamente, valendo-se das seguintes **ferramentas: e-mail institucional, painéis de mensagens e fóruns**, presentes no Ambiente Virtual de Aprendizagem / Sistema de Registro Acadêmico (Moodle).

3.1.6 COMUNICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COM A COMUNIDADE EXTERNA: ESTRATÉGIAS E MÉTODOS

Portal da EGC: A Equipe de Comunicação alimenta e gere o sítio eletrônico institucional da EGC (<https://escoladecontas.tcm.sp.gov.br/>) no qual se encontram todas as informações relativas à disponibilidade de atividades e de ações direcionadas à comunidade externa e à sociedade em geral.

O canal de comunicação que concentra todas as atividades e todos os produtos da Escola: eventos, cursos e cursos de pós-graduação. Além da divulgação (banners eletrônicos), estão disponibilizados os meios de inscrição para as atividades oferecidas e as matérias jornalísticas (texto, fotos e vídeos) que registram esses encontros.

No portal são encontradas informações sobre a vida institucional da Escola, programas desenvolvidos, artigos e acervo de trabalhos docentes e discentes e outros produtos de caráter jornalístico, como entrevistas e videocasts. O portal também dá acesso às redes sociais da EGC e ao Observatório de Políticas Públicas do TCMSP. Dispõem ainda de um espaço interativo (Fale Conosco) para relacionamento com os internautas.

Redes sociais: A Comunicação é responsável por produzir e postar o conteúdo (*reels*, *teaser*, *stories*, *cards* e vídeos) das páginas da Escola nas redes sociais (*Instagram*, *Facebook*, *Linkedin*, *X*, *Tiktok* e *Youtube*). São as ferramentas de comunicação mais ágeis e interativas.

Canal da EGC no Youtube: o canal concentra todos os eventos transmitidos pela Escola. Este banco de dados audiovisual, administrado pela Comunicação, tem seu conteúdo dividido em listas de reprodução temáticas com identidade visual própria – como Educação, Saúde, Direito, Meio ambiente – o que facilita a busca. Neste canal estão também todos os episódios do Pod Observar, o videocast coproduzido pela Comunicação da EGC e pelo Observatório de Políticas Públicas, e as entrevistas do Encontros Plurais.

Canal da EGC no Whatsapp: Outro importante meio de divulgação das atividades da Escola é o canal da EGC no Whatsapp, onde se observa um crescimento no número de adesões.

Mailing e Lista de Transmissão: Todas as atividades oferecidas pela Escola são divulgadas por envio de e-mail marketing (flyer) encaminhado a um mailing que hoje está dividido em 61 pastas estratificadas por temas de interesse e tipos de público-alvo. Ao todo, o mailing abarca perto de 30 mil pessoas.

Existe também um mailing eletrônico formado por Lista de Transmissão com 1916 inscritos, distribuídos em 8 listas distintas. Neste meio de divulgação, foram os próprios interessados que cadastraram seus números telefônicos, demonstrando interesse em conhecer as atividades da Escola.

Informes para Sessões Plenárias: A Comunicação responde pela redação final dos Informes levados ao plenário do Tribunal, divulgando alguma atividade ou realização da EGC.

3.1.7 COMISSÃO PRÓPRIA DE AUTOAVALIAÇÃO

A EGC institui procedimentos de autoavaliação através da constituição de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme o Objetivo 3 deste PDI: Implementar mecanismos de monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas, previsto para 2025. A autoavaliação institucional visa a melhoria contínua da qualidade dos cursos oferecidos pelas EGOVs, o aprimoramento dos treinamentos e das capacitações dos servidores públicos, a orientação da expansão de sua oferta, e o aumento permanente da sua eficácia institucional. Além disso, busca aprofundar os compromissos e responsabilidades sociais das EGOVs, valorizando sua missão pública, promovendo os valores democráticos, o respeito à diferença e à diversidade, e afirmando a autonomia e identidade institucional (MEC, 2017).

A autoavaliação institucional será amplamente participativa, como as outras práticas da EGC, e terá como referência os instrumentos de avaliação das EGOVs, baseados em cinco dimensões de análise: planejamento e desenvolvimento institucional; gestão; corpo social; desenvolvimento profissional e infraestrutura.

Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Esta dimensão considera critérios relacionados à evolução institucional a partir de planejamento e avaliação; missão, visão e valores da EGC; desenvolvimento do PDI; e do planejamento de ações e políticas voltadas ao ensino e pesquisa, fomentando a diversidade e a cultura.

Gestão

A dimensão de gestão analisa critérios voltados à formação continuada do corpo técnico-administrativo e docente, gestão institucional e sustentabilidade financeira.

Corpo Social

Esta dimensão foca na formação continuada dos servidores e na análise de seu desempenho.

Desenvolvimento Profissional

A dimensão de desenvolvimento profissional considera políticas e ações voltadas à avaliação de cursos de pós-graduação, atividades de extensão e pesquisa, acompanhamento de egressos, comunicação interna e externa, e atendimento a estudantes.

Infraestrutura

Esta dimensão abrange aspectos relacionados à estrutura física e virtual disponibilizada aos servidores e ao corpo discente.

O procedimento de autoavaliação institucional integra o ciclo de planejamento das atividades da EGC, envolvendo todas as partes interessadas, tendo seus resultados divulgados para consideração da gestão no encaminhamento de diagnósticos, proposições, solução de problemas e oportunidades de melhoria. As atribuições da CPA estarão contempladas em seu ato constitutivo que definirá sua representatividade, suas competências e infraestrutura. A propósito, a CPA terá preferência de agendamento da sala das reuniões de direção e dos órgãos colegiados da Escola, situada no 2º andar.

A CPA deverá considerar os mecanismos de gestão e avaliação já existentes na EGC para complementaridade e avaliação. São mecanismos de gestão integrada à avaliação e ao planejamento das atividades da EGC já em prática: avaliação anual de desempenho de servidores conforme planejamento anual de trabalho/ teletrabalho, relatórios trimestrais de atividades, relatórios anuais de atividades, reuniões semanais de gestão integradas pelas unidades da EGC (direção, coordenações técnicas, supervisões técnicas e comunicação), reuniões mensais do corpo docente, reuniões ordinárias (mensais) e extraordinárias do conselho pedagógico, reuniões setoriais e temáticas do sistema de planejamento e gestão.

A CPA emitirá relatório anual de autoavaliação, dotado de evidências que suportem as conclusões e análises alcançadas, bem como encaminhamentos e providências que deverá ser divulgado a todos servidores da EGC e discutido da forma mais ampla e participativa concebida pela Escola, e disponibilizado em seu portal para a comunidade externa.

A CPA terá competência para avaliar novas ações educacionais que a Escola venha a desenvolver, destacando os cursos de mestrado profissional (pós-graduação *stricto sensu*), cursos de pós-graduação em especialização na modalidade EaD (pós-graduação *lato sensu*) e ações educacionais remotas e em formatos autoinstrucionais. A CPA deverá observar parâmetros, métricas e normativos aplicáveis às ações educacionais específicas e incluí-las em seus relatórios, procedendo à sua avaliação.



3.2 INFRAESTRUTURA

A EGC está sediada em um edifício destinado exclusivamente ao desenvolvimento de suas atividades, separado dos prédios administrativos do Tribunal de Contas do Município. O edifício possui cerca de 1.723 metros quadrados de área construída. A edificação que abriga a EGC é composta por área externa de circulação, com bancos para descanso, iluminação própria e estacionamento; e por área interna, separada em três pisos: térreo (auditório e cantina); primeiro andar (áreas administrativas e biblioteca); e segundo andar (cinco salas de aula).

A EGC possui AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) válido até abril de 2027 e dispõe de um número adequado de extintores e mangueiras de incêndio, além de alarmes e avisos de incêndio, portas corta-fogo no auditório e sinalização de saídas de emergência. A circulação vertical de pessoas e objetos é garantida por dois conjuntos de escadas e uma torre de elevador.



A infraestrutura como um todo tem boas condições de conforto luminotécnico, térmico, acústico e ergonômico. Quanto à acessibilidade, a EGC possui todos os elementos necessários, exceto a rota podotátil, cuja implantação já foi solicitada à mantenedora e é pauta integrante da iniciativa 22.1 Garantir acessibilidade às atividades da Escola.

Auditório

O auditório da EGC comporta 134 pessoas sentadas em cadeiras dispostas em fileiras, divididas em três seções, com espaço designado para pessoas cadeirantes na primeira fila. Trilhos elétricos garantem a existência de tomadas junto a todos os assentos e mesas retráteis são integradas às cadeiras.

A estrutura se divide em corredores laterais e inferior, três colunas de poltronas, palco e cabine técnica. O acesso ao palco é garantido por pequenas escadas e elevador para pessoas cadeirantes. O auditório possui três saídas, com sinalização de emergência.

A estrutura tecnológica inclui uma tela de 4x2 metros com resolução 4K, sistema de som integrado, câmeras de filmagem para captação de imagem e som e gravação, sistema de refrigeração e cabine de operação técnica. Eventos maiores podem acontecer no auditório da mantenedora, localizado no mesmo endereço.



Salas de aula

A EGC conta com cinco salas de aula, localizadas no segundo andar do prédio, onde também se encontram quatro instalações sanitárias, divididas entre um sanitário feminino de grande tamanho, um sanitário masculino de grande tamanho e dois sanitários habilitados para pessoas com deficiência.



As salas comportam até cinquenta carteiras simples de braço unilateral, com carteiras para pessoas canhotas, e trinta e cinco carteiras compostas por mesa e cadeira. Todas as salas possuem computador com desktop, projetor e tela de projeção, refrigeração por ar-condicionado e janelas para circulação de ar, caixas de tomadas para uso de estudantes e equipe, quadro branco com canetões de diversas cores.



Duas salas possuem lousa digital, sistema de câmeras e telas de retorno, facilitando a condução de ações educacionais híbridas e melhorando os recursos pedagógicos disponíveis às equipes de instrutores.

Instalações Sanitárias

A quantidade de instalações sanitárias é superior às exigências mínimas do Código de Obras e Edificações do município de São Paulo, incluindo a NBR 9050 e suas referências legais. A EGC conta com **quatorze instalações sanitárias** distribuídas entre **térreo (quatro)**, **primeiro andar (seis)** e **segundo andar (quatro)**. Quatro dessas instalações são especificamente equipadas para pessoas com deficiência. As instalações são regularmente higienizadas duas vezes ao dia pela equipe de limpeza.



Instalações Administrativas

A Equipe Administrativa ocupa o primeiro andar do prédio da Escola e dispõe de um amplo espaço de trabalho com conceito aberto, três salas fechadas e uma sala de reunião. O espaço possui quarenta estações de trabalho, com computadores desktop. Há armários e gabinetes para papelaria, depósito de materiais e arquivamento de documentos de manutenção obrigatória de acordo com as normativas de temporalidade.



Espaço para atendimento aos alunos

A política de atendimento aos alunos, que consta formalizada no “Manual do Aluno” de pós-graduação consiste em lhes oferecer apoio pedagógico, orientação personalizada dos professores, facilidades estudantis (carteirinha, transporte público, estágio), participação nos eventos extracurriculares, de modo que eles e elas tem acesso a toda a infraestrutura da Escola para estas finalidades.

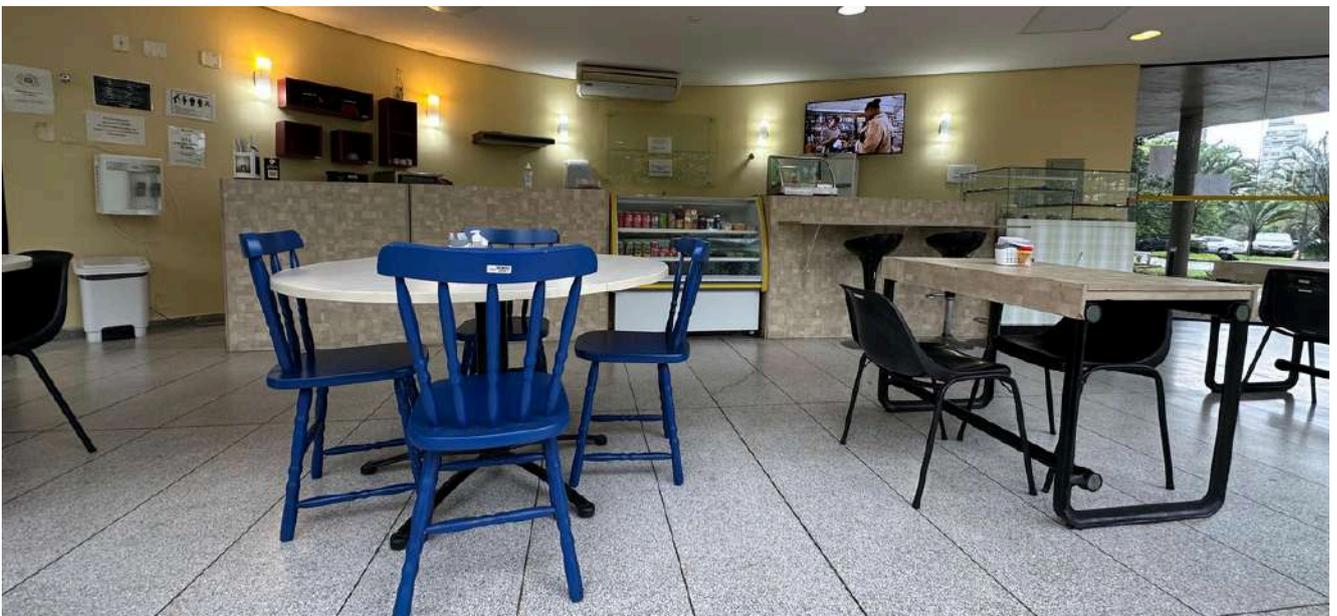
Quanto ao espaço físico, o primeiro do prédio da escola andar dispõe de lobby e sala de reuniões nos quais há atendimento aos estudantes da EGC. O atendimento de expediente é realizado em balcão destinado a esse fim e de sala de espera, na qual já sofás e poltronas para acomodação. A sala de reuniões dispõe de computador desktop e mesa com oito cadeiras.



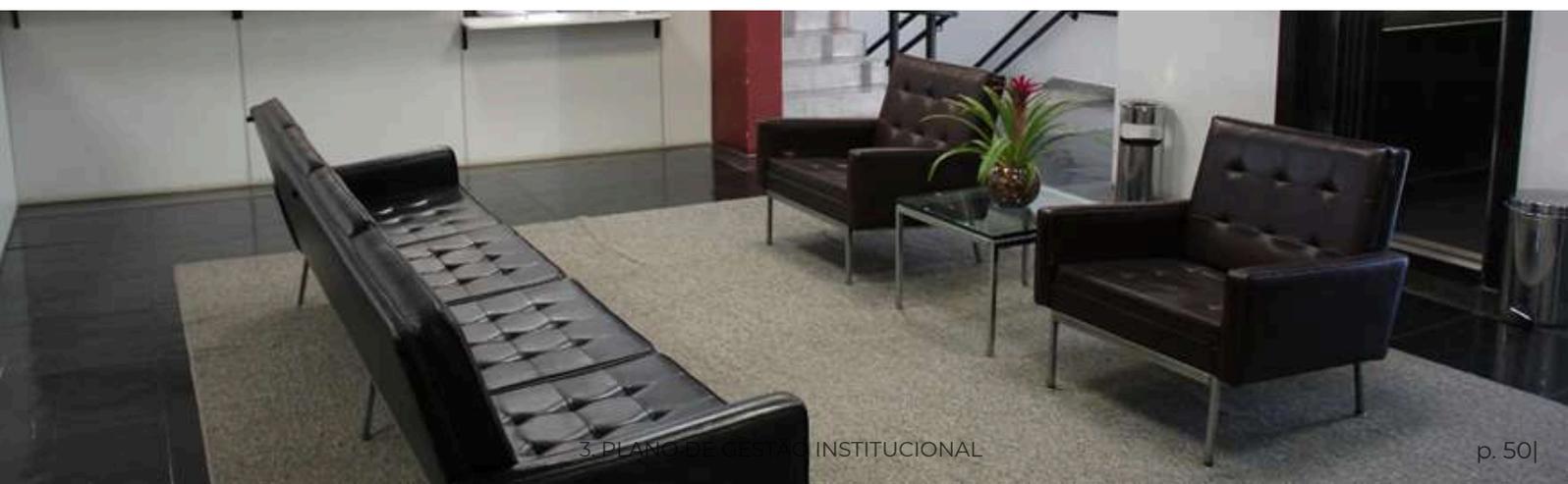
O atendimento virtual é realizado por meio do ambiente virtual de aprendizagem (Moodle) ou pelo envio de correio eletrônico ao e-mail institucional de atendimento da escola (escoladecontas@tcmsp.tc.br). A EGC também disponibiliza a utilização do Teams aos servidores, que pode ser utilizado para reuniões e atendimento aos alunos.

Espaços de convivência e de alimentação

No térreo do prédio da EGC está instalada cantina que funciona em horário comercial regular do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, com possibilidade de abertura noturna e aos sábados. A cantina vende lanches, salgados e pequenas refeições, além de bebidas. O restaurante da mantenedora, inclusive a copa com micro-ondas e a sala de aleitamento materno são abertos aos visitantes, inclusive os alunos.



Os espaços de convivência do prédio da EGC incluem o saguão de entrada ao Auditório, no térreo, onde há poltronas, o lobby do primeiro andar, com sofás e poltronas e as mesas de estudo da biblioteca. A área externa da EGC conta ainda com bancos, jardins e espaços amplos que podem ser utilizados pelos alunos.



Tecnologia de Informação e Comunicação: recursos e serviços

A EGC dispõe de infraestrutura tecnológica, sistemas, segurança digital, backups e licenças necessárias para escalar sua oferta formativa na modalidade EaD e híbrida, já experimentada na versão síncrona desde a pandemia. Em termos de recursos humanos, a Escola conta com a sua Supervisão de Tecnologia de Informação, e recebe o apoio do Núcleo de Tecnologia da Informação da mantenedora.



Biblioteca

Biblioteca: infraestrutura física

A Biblioteca Conselheiro Teófilo de Andrade está localizada no primeiro andar do prédio da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas, atendendo tanto a comunidade acadêmica quanto os servidores do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Sua estrutura inclui seis estações de trabalho com computadores desktop, mesas para



leitura e estudos, estantes com livros e periódicos impressos. A biblioteca é gerenciada pela Unidade Técnica de Biblioteca e Documentação (UTBD).

A gestão do acervo bibliográfico é realizada pelo sistema Sophia, de livre consulta, que abrange as obras, os periódicos, a legislação, as bases digitais abertas e pagas e o repositório institucional do TCMSP.

Biblioteca: acervo físico e virtual

O acervo da Biblioteca da escola contém títulos físicos e digitais, livros, periódicos e legislação. Atualmente, o acervo é composto por: 2.358 títulos, 2.934 exemplares, 411 livros digitais de acesso livre-gratuito e 63 assinaturas de periódicos (todos digitais).

Serviços e informatização de acesso aos acervos

O acervo é sistematizado em programa próprio (Sophia) e de consulta livre, inclui as obras, os periódicos e exemplares, bem como sistematização de legislação e um repositório institucional do TCMSP, iniciativa da área abaixo descrita.

O repositório institucional é um conjunto de serviços de informação dedicado ao gerenciamento, armazenamento e a disseminação da produção intelectual do corpo técnico e administrativo do TCMSP e do corpo acadêmico (docente e discente) e administrativo da EGC. O conteúdo do repositório é composto pela produção técnico/científica dos servidores, como vídeos, palestras, artigos, capítulo de livros, livros, teses, conferências, os trabalhos de conclusão de curso dos alunos de pós-graduação da EGC, e a Revista Simetria, provenientes das atividades do corpo técnico, docente, discente e administrativo do TCMSP e da EGC e disponibilizados em acesso aberto nos seus respectivos portais na internet e redes sociais digitais. Os documentos são organizados, tratados, preservados e distribuídos pela UTBD.

Plano de atualização do acervo

A Biblioteca faz solicitações anuais da inclusão de verbas no orçamento do órgão para renovação e ampliação de seu acervo, como se exemplifica dos valores previstos nos últimos cinco anos, destinados à contratação e à aquisição de bens serviços como: **aquisição de periódicos online e livros, assinatura de normas técnicas brasileiras, manutenção de catálogo eletrônico e assinatura de plataforma de livros digitais.**

O plano de atualização do acervo, anualmente elaborado pela Escola, prioriza as referências citadas nos Projetos Pedagógicos de Curso de pós-graduação.

Quadro 2. Valores orçados para atualização do acervo bibliográfico da UTBD.

ANO	VALOR TOTAL PREVISTO/ DESTINADO À UTBD
2020	R\$100.814,68
2021	R\$ 116.491,00
2022	R\$ 97.762,72
2023	R\$ 125.448,99
2024	R\$ 254.998,26

Fonte: Orçamentos Anuais do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

3.3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO E GESTÃO INSTITUCIONAL

A Escola Superior de Gestão e Contas Públicas dispõe de recursos vinculados ao orçamento do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, sendo que, em cumprimento aos quesitos legais e administrativos da Prefeitura do Município de São Paulo, o TCMSP exerce o papel de **Unidade Orçamentária**, sendo responsável por gerir e executar seu próprio orçamento anual aprovado pelo legislativo municipal.

Anualmente, a EGC participa de todo processo de elaboração da peça orçamentária que integra o projeto de orçamento do TCMSP, que é submetido à Câmara Municipal de São Paulo para aprovação. Desde o processo de **planejamento e elaboração** do orçamento total do Tribunal de Contas, são consideradas as requisições de verbas apontadas pela EGC para aquisição de equipamentos e contratação e prestação de serviços, integrando as necessidades do planejamento setorial de desenvolvimento da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas.

As despesas da EGC, por estar diretamente vinculada ao TCMSP, ocorrem, em sua maior parte, por rubricas orçamentárias comuns a todas as unidades do Órgão de Controle Externo, como o custeio de despesas e manutenção estrutural e folha de pagamento. Os demais recursos financeiros da Escola, voltados para atender suas necessidades específicas, também estão contemplados no orçamento do TCMSP, muitas vezes em rubricas próprias (prestação de serviços de terceiros) e sua execução compete ao corpo diretivo da EGC.

Além do orçamento corrente de custeio das despesas do TCMSP, a EGC conta ainda com a possibilidade de utilização do Fundo Especial de Despesas, que representa uma fonte direta de recursos, uma vez que seu uso para despesas solicitadas pela EGC está expressamente previsto na lei que institui o Fundo (art. 2º, Lei Municipal de São Paulo nº 15.025/2011).

4. PERFIL DO CORPO SOCIAL

Neste capítulo, são apresentadas as características centrais do corpo social da EGC, composto pelos corpos docente, discente e técnico-administrativo. Também são abordadas as políticas da EGC para o desenvolvimento e capacitação de seus membros internos, bem como o perfil dos egressos.

Diversidade, Equidade, Inclusão e Acessibilidade

A Escola valoriza os princípios de diversidade, equidade, inclusão e acessibilidade (DEIA) e está continuamente estudando mecanismos de inclusão, ações afirmativas e políticas para promover esses valores. Entre as iniciativas da Escola, destacam-se:

A Escola promove correntemente eventos e atividades de conscientização e promoção de Direitos Humanos. Temáticas relativas à igualdade de gênero, direitos LGBTQIA+, combate ao racismo e promoção da igualdade racial, direitos indígenas e acessibilidade constituem agendas prioritárias para elaboração de eventos e de materiais de divulgação e conscientização. Inclusive, a disciplina de Direitos Humanos constitui eixo temático de atuação da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas.

O Observatório de Políticas Públicas possui como foco a redução das desigualdades socioespaciais na cidade de São Paulo e é integrado por grupo de trabalho especificamente voltado aos estudos e pesquisas de questões relativas a gênero.

A Escola conta com estrutura física adaptada e acessível, dotada de selo de acessibilidade concedido pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência do Município de São Paulo, e conta com sinalização adequada, além de investir em iniciativas de tecnologia assistiva para garantia da acessibilidade de suas plataformas virtuais.

A Escola acompanha e monitora a representatividade de gênero e étnico-racial em suas atividades, destacadamente eventos e seminários, por se tratar da ação educacional de maior contingente de pessoas (palestrantes, mediadores, debatedores).

Finalmente, ressalta-se que a Escola estuda a adoção de critérios de reserva de vagas (cotas) em processos seletivos para pessoas negras, aplicando analogamente a Lei Municipal nº 15.939/2013 da Cidade de São Paulo, e reserva para pessoas com deficiência, em aplicação análoga da Lei Municipal nº 13.398/2002 da Cidade de São Paulo.

4.1 PERFIL DO CORPO DOCENTE

O corpo docente da EGC é formado principalmente por quadro próprio da mantida e da mantenedora, selecionados de acordo com sua titulação, experiência acadêmica e experiência profissional. Docentes externos provenientes da rede de contatos acadêmicos e instituições parceiras complementam as demandas dos eixos temáticos da Escola, em caráter voluntário, seguindo os mesmos critérios de seleção. A remuneração desses professores está prevista na iniciativa 16.3, que visa implementar mecanismos de remuneração de docentes externos à Escola, estabelecendo procedimentos licitatórios e contratuais transparentes na seleção.

Quanto ao perfil do educador, espera-se que desempenhe o papel de facilitador do aprendizado, compreendendo sua função no processo de ensino-aprendizagem e utilizando adequadamente as ferramentas metodológicas disponíveis que fomentam o conhecimento. Além disso, espera-se que atue como articulador na viabilização do conhecimento, guiando os alunos para desenvolverem sua autonomia e se tornarem corresponsáveis pelo seu processo de aprendizagem. O educador deve ser capaz de contribuir para a formação de alunos comprometidos em solucionar problemas públicos em uma sociedade cada vez mais digital.

Na Escola de Contas, o docente é incentivado a diversificar as estratégias didático-pedagógicas utilizadas, respeitando os diferentes estilos de aprendizagem e combinando a aprendizagem individual com a colaborativa, por meio de atividades que favoreçam a troca de experiências, a construção conjunta e a resolução de problemas. O docente deve, ainda, assumir o compromisso de ter uma postura dialógica, ética, empática e aberta à inovação e à troca de conhecimento (ENAP, 2020, adaptado).

Política de Formação Continuada do Corpo Docente

A Escola de Gestão e Contas Públicas (EGC) adota práticas para o desenvolvimento das habilidades, competências e conhecimentos de seu corpo docente, buscando constantemente a qualificação e o aperfeiçoamento.

O corpo docente próprio da Escola se beneficia da Política de Capacitação e do Levantamento de Necessidades de Desenvolvimento da mantenedora.

O Objetivo 5 deste Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) também incentiva o uso intensivo desses instrumentos para a formação continuada.

Professores externos usufruem das mesmas ações formativas pedagógicas oferecidas aos docentes internos da Escola e do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP). Um exemplo recente foi o curso de Design Instrucional na modalidade de Ensino a Distância (EaD), visando o aperfeiçoamento de coordenadores, professores conteudistas e tutores que atuam de forma híbrida ou online síncrona desde a pandemia.

4.2 PERFIL DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

O corpo técnico administrativo da Escola de Contas é integrado por servidores de diversas formações, habilitados à gestão, organização e execução das ações educacionais desenvolvidas. As coordenações e unidades técnicas integrantes da Escola de Contas trabalham no diagnóstico, planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações. Destaque-se que parte da equipe conta com atuação pretérita em instituições de ensino básico, superior e em escolas de governo.

Política de Formação Continuada do Corpo Técnico Administrativo

A EGC adota práticas para desenvolvimento das habilidades e competências e dos conhecimentos do corpo técnico administrativo, em busca da qualificação e do aperfeiçoamento constante.

O planejamento de ações de capacitação voltadas ao corpo técnico administrativo leva em consideração o levantamento de necessidades formativas dos servidores e o planejamento estratégico e o desenvolvimento de ações estratégicas para a EGC.

O corpo técnico-administrativo se beneficia da Política de Capacitação e do LND da mantenedora. Os Objetivos 4 e 6 deste PDI o incentivam a fazer maior uso destes instrumentos.

4.3 PERFIL DO CORPO DISCENTE

O corpo discente da Escola é integrado por todas as pessoas que se inscrevem, matriculam, participam e frequentam as ações educacionais da instituição, conforme disposto no artigo 42 do RIEGC.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas, aprovado pela Resolução nº 06/2024, caracteriza o corpo discente em rol não exaustivo, composto por: (a) membros dos Tribunais de Contas; (b) servidores dos Tribunais de Contas; (c) agentes públicos da Prefeitura e da Câmara Municipais de São Paulo; (d) agentes da Administração Pública; (e) conselhos participativos de políticas públicas; (f) integrantes de organizações da sociedade civil; e (g) sociedade em geral.

A EGC busca continuamente aprimorar sua relação com o corpo discente que integra suas atividades, por meio de diversas ações de promoção discente, como palestras, seminários, publicação de trabalhos de conclusão de curso em revista e pesquisas de avaliação, de forma a promover permanência e estimular a produção técnico-científica de seus estudantes.

4.4 PERFIL DO EGRESSO

As atividades desenvolvidas pela EGC se voltam à formação, treinamento e aperfeiçoamento de seu corpo discente. Dentre seus objetivos, a EGC pretende que seus estudantes retornem às suas atividades dotados de novos conhecimentos, habilidades e competências, para contribuição da sociedade e do serviço público, individual e coletivamente, com capacidade para multiplicação de conhecimento em seus respectivos ambientes de trabalho e pesquisa.

As atividades amparam os egressos na condução e abordagem de questões de impacto na sociedade e no território, seja diretamente pelo serviço público, pelo terceiro setor, pelo setor privado e pela pesquisa científica.

A EGC estimula o desenvolvimento pessoal e profissional de seus egressos, de quem espera ação ética, proativa, consciente, inovadora, responsável e dotada de criticidade. Os objetivos de aprendizagem e as competências almejadas são próprios de cada atividade desenvolvida, no entanto, ressalta-se que o perfil almejado de egressos da EGC abarca pessoas que, capacitadas e habilitadas, estejam aptas ao exercício de cargos estratégicos, de gestão, liderança e assessoramento no serviço público, como a formulação de políticas públicas e a elaboração de projetos de lei.

Os egressos são incentivados a dar continuidade às atividades de produção de conhecimento, por meio do ensino, pesquisa e aprendizagem. Pretende-se que os egressos se debruçam sobre projetos de pesquisa em programas de mestrado e doutoramento, assinem publicações de artigos em periódicos científicos, bem como desempenhem atividades de ensino em instituições técnicas e de ensino superior.

Sem embargo destas habilidades e competências, espera-se, finalmente, que egressos continuem envolvidos com as atividades de ensino e de pesquisa na própria EGC, retroalimentando o ciclo de capacitação e de produção de conhecimento.

Este PDI pressupõe o desenvolvimento da política de acompanhamento do egresso em suas iniciativas 11.3 Promover o acompanhamento de egressos e 22.6 Fomentar atividades de integração de egressos, com implantação prevista para 2027.

5. PLANEJAMENTO

O presente capítulo abordará os principais aspectos relativos à elaboração do planejamento, apresentação dos objetivos e iniciativas concebidos a partir da elaboração do planejamento, bem como sua caracterização e o estabelecimento de diretrizes para a concretização do PDI, mecanismos de implementação e de priorização de projetos e ações para objetivos e iniciativas, diretrizes para o monitoramento do progresso do PDI, diretrizes para a avaliação da implementação do plano, cronograma estimado para a execução do plano e procedimento para a revisão do PDI.

5.1 METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO

O planejamento estratégico adotado neste Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) considera as diretrizes e compromissos pedagógicos da EGC, especialmente no Projeto Político Pedagógico. Estrutura-se a partir da adoção de ciclos e da formalização de planos táticos anuais, baseado em um modelo de gestão integrada e colaborativa, visando à efetividade dos resultados pretendidos e ao desenvolvimento institucional geral.

As orientações gerais de planejamento decorrem dos ciclos adotados pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo, o que reflete o alinhamento com os instrumentos e planos vigentes.

A metodologia adotada considerou todos os níveis da organização, ratificou os pressupostos, os valores e as diretrizes consolidadas e estruturou objetivos claros e alcançáveis voltados para o ciclo de vida do PDI. Buscou-se consensos e alinhamentos que fossem capazes de refletir a transversalidade, contando com a participação e o comprometimento dos servidores, tanto os que desempenham tarefas administrativas quanto aqueles que atuam diretamente na tarefa pedagógica cotidiana da EGC. Garantiu-se o alinhamento do planejamento com as futuras atividades e ações operacionais, sob a perspectiva dos resultados, levando-se em consideração os contextos externo e interno e o princípio da institucionalidade.

A partir das especificidades e das particularidades administrativas e pedagógicas da EGC, foi utilizado o método adaptado da matriz *SWOT* ou *FOFA*, que elenca forças e fraquezas (elementos ambientais internos) e oportunidades e ameaças (elementos ambientais externos), auxiliando na elaboração do diagnóstico estratégico da organização.

Por *forças*, compreendem-se as “aptidões da organização e seu diferencial em relação aos concorrentes” (MEC, 2017b). Por *fraquezas*, entendem-se as “habilidades [que] podem prejudicar ou interferir negativamente em um negócio” (MEC, 2017b). As *oportunidades* “são aquelas forças externas que possuem impacto positivo na organização” (MEC, 2017b). E, por fim, as “ameaças são as forças externas que impactam

negativamente a organização [...], que podem prejudicar o planejamento estratégico e os resultados almejados, caso a IES não atente a elas” (MEC, 2017b).

A ferramenta possibilitou a criação de uma arquitetura própria e adaptada à instituição, com parâmetros de mensuração e de gerenciamento sustentados em processos de formulação e de gestão da estratégia. A escolha da Matriz *SWOT* contribuiu para o alinhamento e o encadeamento de objetivos e iniciativas, auxiliou na construção de ações e resultados esperados e no estabelecimento da comunicação da estratégia.

Foram realizadas reuniões sistemáticas e semanais entre os meses de junho e novembro de 2024, que contaram com a participação de representantes do corpo diretivo, da direção acadêmica, incluídas as respectivas coordenações, de STA, de STI, de STJ, da comunicação e do corpo docente. A efetiva participação de todas as unidades de forma colaborativa e construtiva possibilitou a elaboração de diretrizes transversais concretizadas por meio de objetivos, iniciativas e projetos e que serão implantados durante o período de vigência deste PDI.

A partir do ano de 2025, serão elaborados planos anuais simplificados e modelos de gestão de projeto, pelas unidades acima elencadas, que estrategicamente executarão os objetivos, as iniciativas e os projetos que estiverem alinhados com a proposta de gestão anual emanada pelo corpo diretivo da EGC.

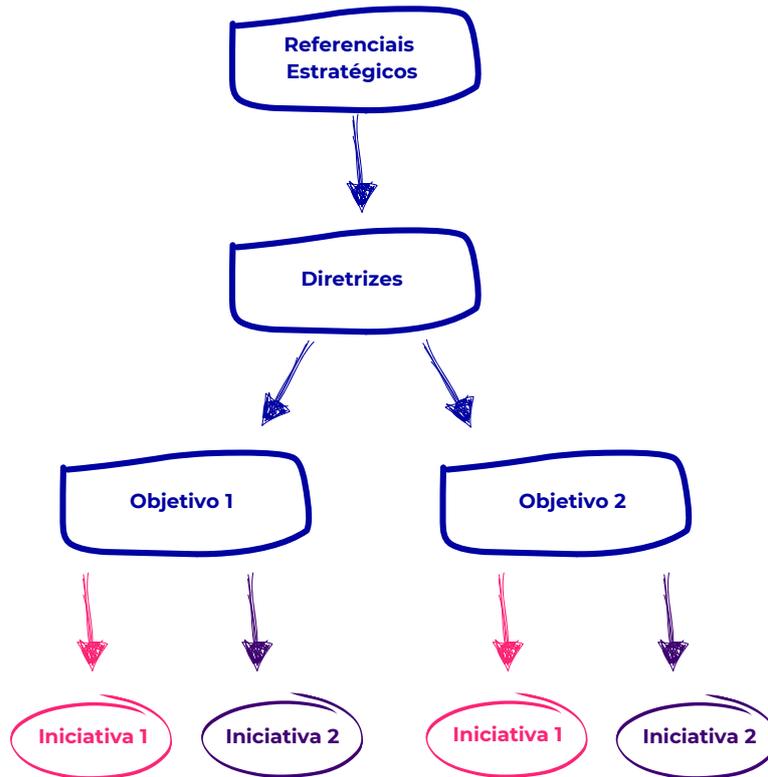
O acompanhamento, o monitoramento e a avaliação das ações executadas serão de responsabilidade dos gestores das unidades e deverão ser consolidados em relatórios trimestrais, baseados em dados e estatísticas coletados e sistematizados, durante a vigência deste plano. Estes processos de monitoramento e avaliação serão conduzidos anualmente.

Os resultados obtidos, a partir da análise e da interpretação do conteúdo dos relatórios, orientarão as decisões estratégicas, que deverão ser tomadas em conjunto entre os gestores das unidades e o corpo diretivo, em reuniões estratégicas convocadas pela direção da EGC.

5.2 ESTRATÉGIA: OBJETIVOS E INICIATIVAS DO PDI

A partir das conclusões alcançadas na elaboração coletiva de objetivos e iniciativas que integram o plano, somadas às diretrizes da direção da EGC, às previsões do Projeto Político Pedagógico e às orientações do Planejamento Estratégico do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (**referenciais estratégicos**), foram elaborados: **três diretrizes**, que servirão de orientação à execução do PDI; **25 objetivos** e **103 iniciativas**. Além de **18 projetos**, que deverão embasar o planejamento e a execução das atividades da EGC nos próximos cinco anos.

Figura 2. Referenciais do PDI.



Os objetivos foram separados nas seguintes perspectivas, em sintonia com o planejamento estratégico do TCMSP, seu mantenedor: planejamento e orçamento; aprendizado, pessoas e inovação; processos internos; e resultados para o TCMSP, servidores públicos e sociedade. A divisão dos objetivos em perspectivas se presta ao alinhamento entre os referenciais estratégicos da EGC, do TCMSP e a estratégia de concretização do atual Plano de Desenvolvimento Institucional.

5.2.1 REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS

Os referenciais estratégicos do presente PDI foram baseados no Planejamento Estratégico do Tribunal de Contas do Município de São Paulo e no Projeto Político Pedagógico da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas. São eles:

Missão

Missão do TCMSP, conforme o Plano Estratégico 2025-2029 aprovado pela Resolução nº 26/2024:

“O controle externo, responsável e consciente, com foco no cidadão.”

Missão da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas, aprovada em seu Projeto Político Pedagógico:

“Promover o desenvolvimento profissional e pessoal e a inovação, para o aperfeiçoamento contínuo dos controles externo e interno da administração pública e do controle social, por meio da produção, sistematização e difusão do conhecimento”.

Visão

Visão de futuro expressada pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo:

“Instituição de referência no controle preventivo por meio da inovação.”

A visão de futuro definida para a ESGC:

“Ser uma escola de referência no desenvolvimento profissional e pessoal de agentes públicos e cidadãos, na inovação e aperfeiçoamento da administração pública, por meio de conexões e cooperação com outras organizações e a serviço da sociedade.”

Valores

Os valores adotados pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo em seu planejamento estratégico foram os seguintes: Institucionalidade; Ética; Transparência; Inovação; Independência; Efetividade; Inclusão; Sustentabilidade.

A Escola Superior de Gestão e Contas Públicas (ESGC) adotou integralmente os valores concebidos por seu mantenedor e acresceu outros, particulares à sua atividade educadora e atinentes ao desenvolvimento de suas atividades de ensino, aprendizagem e pesquisa: Diálogo; Gestão Compartilhada; Inovação; Cooperação e Respeito pela Diversidade, Pluralidade e Liberdade.

5.2.2 PERSPECTIVAS

As perspectivas adotadas, que seguem a metodologia apresentada pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo em seu planejamento estratégico, traçam o caminho para organizar as múltiplas demandas emergentes no processo de elaboração do plano. Essas perspectivas operam como grandes eixos de organização dos objetivos e iniciativas, cuja finalidade é orientar tanto a visibilidade da evolução do plano, quanto criar as conexões necessárias à orientação da distribuição de esforços humanos e materiais na execução do plano.

As perspectivas adotadas são: planejamento e orçamento; aprendizado, pessoas e inovação; processos internos; e resultados para o TCMSP, servidores públicos e sociedade.

PERSPECTIVA

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Busca-se estabelecer a dimensão futura desejada e os mecanismos de gestão e orçamento que pudessem viabilizar o aprimoramento dos mecanismos de planejamento e gestão orçamentária da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas.

PERSPECTIVA

PESSOAS, APRENDIZADO E INOVAÇÃO

Foco em aperfeiçoamento da gestão de pessoas e formação continuada dos corpos técnico administrativo e docente. Considerando-se a especificidade das atividades educacionais da Escola, a perspectiva também foi integrada por medidas materiais compreendidas como necessárias à ampliação dos conhecimentos e habilidades disponibilizados ao corpo social integrante da Escola.

PERSPECTIVA

PROCESSOS INTERNOS

Objetivos e iniciativas voltados ao aprimoramento e à gestão de fluxos e de processos internos da EGC. Os processos internos englobam as atividades que envolvem as unidades técnicas e administrativas e as ferramentas, finalísticas ou não, colocadas à disposição para a persecução da finalidade precípua da EGC, exposta principalmente na Missão e na Visão do Tribunal.

PERSPECTIVA

RESULTADOS PARA O TCMSP, SERVIDORES PÚBLICOS E SOCIEDADE

A perspectiva busca atrelar o desenvolvimento das competências da EGC e os próprios resultados que produz perante o corpo social que, direta ou indiretamente, é atendido, desde o aspecto local até o mais global. Aqui, o foco esteve voltado para o compromisso da EGC para com o aprimoramento da Administração Pública e a preocupação com os valores pactuados pela instituição.

5.2.3 DIRETRIZES

As diretrizes expostas abaixo servirão como orientações da direção da EGC para a consecução dos demais objetivos e iniciativas e elaboração de planos anuais e projetos. As diretrizes compilam três macrotemáticas que surgiram do processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional: ampliação da oferta de ações educacionais, aprimoramento da experiência do corpo social e aperfeiçoamento da gestão da EGC.

A finalidade das diretrizes é criar uma ponte entre a visão da direção para a implementação do PDI e os planos táticos elaborados pelas unidades da EGC. O estabelecimento de diretrizes nítidas auxilia no processo na consecução dos objetivos estabelecidos, o que garante transparência e orientai as unidades no direcionamento de esforços humanos e materiais.

As **diretrizes** do PDI são:

DIRETRIZ 1
EXPANDIR E DIVERSIFICAR AS ATIVIDADES DA EGC

A diretriz se volta ao estímulo e planejamento de atividades da EGC, com foco em diversificação de formatos e temáticas e incremento da execução de atividades, tendo em vista o cenário de crescimento da EGC, evidenciado pela matriz *swot* realizada.

DIRETRIZ 2
QUALIFICAR A EXPERIÊNCIA DO CORPO SOCIAL DA EGC

A diretriz se volta ao acompanhamento de toda trajetória dos distintos corpos que integram a EGC, com especial destaque ao discente, com vistas ao aprimoramento das relações estabelecidas entre a EGC, enquanto organização, e os corpos que a integram.

DIRETRIZ 3
APERFEIÇOAR A GESTÃO DA EGC

A diretriz se volta ao aprimoramento da gestão de processos e de pessoas envolvidos no desenvolvimento das atividades da EGC, em busca da construção de uma organização cada vez mais humanizada, colaborativa e eficiente.

A direção estabelecerá a ligação entre as diretrizes e o planejamento setorial, permitindo a análise e o monitoramento da evolução de execução do presente plano. A combinação de perspectivas selecionadas na organização dos objetivos e iniciativas e diretrizes permitirá à gestão da EGC identificar as áreas com maiores evoluções e os encaminhamentos para o cumprimento do PDI.

5.2.4 OBJETIVOS E INICIATIVAS

Adotando-se a metodologia utilizada no planejamento estratégico do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, após diversas rodadas descritas no item de metodologia acima, foram elencados os objetivos e as iniciativas que integram este plano. A concepção da terminologia pode ser exposta da seguinte maneira:

(I) Os objetivos fazem a correlação lógica entre os referenciais e as iniciativas, são os promotores entre aquilo que se almeja para a EGC nos próximos anos e as ações que serão implementadas; por sua natureza, são mais genéricos;

(II) As iniciativas, por sua vez, estão mais próximas da execução do plano e se relacionam necessariamente a um objetivo que a EGC visa alcançar; são mais particulares e mais aproximadas ao conjunto de ações e de informações necessárias para a consecução do objetivo a que se conectam.

Os objetivos e suas respectivas iniciativas são apresentados abaixo, agrupados nas perspectivas apresentadas: planejamento e orçamento; aprendizado, pessoas e inovação; processos internos; e resultados para o TCMSP, os servidores públicos e a sociedade.

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

OBJETIVO 1	INICIATIVAS
GARANTIR A PERENIDADE DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA EGC	1.1 GARANTIR A COMUNICAÇÃO DE DIRETRIZES PARA PLANEJAMENTO
	1.2 ACOMPANHAR A EXECUÇÃO, O MONITORAMENTO E A AVALIAÇÃO DO PLANEJAMENTO
	1.3 DESENVOLVER METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO ESPECÍFICO E PERIÓDICO DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
OBJETIVO 2	INICIATIVAS
CONSOLIDAR OS EIXOS TEMÁTICOS NO PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES DA EGC	2.1 REVER ARQUITETURA DOS EIXOS TEMÁTICOS E GARANTIR CURADORIA TEMÁTICA
	2.2 PLANEJAR ATIVIDADES ALINHADAS AOS EIXOS TEMÁTICOS
	2.3 MONITORAR E AVALIAR O DESENVOLVIMENTO DOS EIXOS TEMÁTICOS, ESPECIALMENTE QUANTO ÀS LACUNAS E DEFICIÊNCIAS
	2.4 FOMENTAR ATIVIDADES TRANSVERSAIS AOS EIXOS TEMÁTICOS

OBJETIVO 3	INICIATIVAS
IMPLEMENTAR MECANISMOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES EDUCACIONAIS DESENVOLVIDAS	<p>3.1 IMPLEMENTAR MECANISMOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO</p> <hr/> <p>3.2 IMPLEMENTAR ROTINAS DE AVALIAÇÃO DO MONITORAMENTO</p>

PESSOAS, APRENDIZADO E INOVAÇÃO

OBJETIVO 4	INICIATIVAS
APERFEIÇOAR A GESTÃO DE PESSOAS	<p>4.1 FORTALECER MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO INTERNA</p> <hr/> <p>4.2 FOMENTAR A DIVERSIFICAÇÃO DA ATUAÇÃO DE SERVIDORES</p> <hr/> <p>4.3 PROMOVER FORMAÇÕES DE LIDERANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS</p> <hr/> <p>4.4 FORTALECER O USO DOS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E DESEMPENHO E DE PLANEJAMENTO DE TRABALHO</p>

OBJETIVO 5	INICIATIVAS
PROMOVER A FORMAÇÃO CONTINUADA DO CORPO DOCENTE DA ESCOLA	<p>5.1 FORTALECER A POLÍTICA DE ATUALIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOCENTE</p> <hr/> <p>5.2 ESTIMULAR A PESQUISA ACADÊMICA E A SUBMISSÃO DE ARTIGOS EM REVISTAS</p> <hr/> <p>5.3 FORTALECER PARCERIAS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA E ENSINO, COM O OBJETIVO DE ESTIMULAR A PESQUISA E A TROCA DE EXPERIÊNCIAS</p>

OBJETIVO 6	INICIATIVAS
PROMOVER A FORMAÇÃO CONTINUADA DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ESCOLA	<p>6.1 REALIZAR LEVANTAMENTO PERIÓDICO DAS DEMANDAS DE FORMAÇÃO DOS SERVIDORES</p> <hr/> <p>6.2 FORTALECER AS PARCERIAS PARA OFERTA DE TREINAMENTO AOS SERVIDORES</p>

OBJETIVO 7	INICIATIVAS
<p>AMPLIAR O ACESSO DISPONIBILIZADO A DOCENTES E DISCENTES A FONTES BIBLIOGRÁFICAS E ACERVO DE BIBLIOTECAS</p>	<p>7.1 ELABORAR ESTUDO DE AMPLIAÇÃO DE ACESSO A FONTES E ACERVO BIBLIOGRÁFICOS</p>
	<p>7.2 AMPLIAR O ACESSO A BIBLIOTECAS DIGITAIS</p>
	<p>7.3 DISPONIBILIZAR ACESSO A BIBLIOTECAS DIGITAIS DE ARTIGOS CIENTÍFICOS INTERNACIONAIS</p>
	<p>7.4 DISPONIBILIZAR ESPAÇOS FÍSICOS PARA ESTUDO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS</p>
	<p>7.5 GARANTIR A ATUALIZAÇÃO DO ACERVO</p>

PROCESSOS INTERNOS

OBJETIVO 8	INICIATIVAS
<p>GERENCIAR FLUXOS E PROCESSOS DE TRABALHO, COM ÊNFASE EM EFICIÊNCIA, INTEGRAÇÃO E ACESSO À INFORMAÇÃO</p>	<p>8.1 DESENVOLVER MACROFLUXOS DAS ATIVIDADES DA EGC</p>
	<p>8.2 MAPEAR, DESCREVER E REVISAR OS FLUXOS E OS PROCESSOS DE TRABALHO</p>
	<p>8.3 MAPEAR, DESCREVER E REVISAR OS FLUXOS INTERNOS E EXTERNOS DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS</p>
	<p>8.4 INTEGRAR OS PROCESSOS DE TRABALHO</p>
	<p>8.5 IMPLEMENTAR SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR</p>
	<p>8.6 DESENVOLVER E APRIMORAR PROCESSOS DE TRABALHO E PRODUTOS DA COMUNICAÇÃO</p>

OBJETIVO 9	INICIATIVAS
<p>FORTALECER A ARTICULAÇÃO E A INTEGRAÇÃO ENTRE AS UNIDADES DA EGC NO PLANEJAMENTO, NA EXECUÇÃO E NA AVALIAÇÃO DE SUAS ATIVIDADES</p>	<p>9.1 FORTALECER A ARTICULAÇÃO ENTRE AS AGENDAS DO CORPO DOCENTE DA EGC, DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DO LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO</p> <hr/> <p>9.2 INTEGRAR OS CALENDÁRIOS DE AÇÕES DE PALESTRAS, DISCIPLINAS DE PÓS-GRADUAÇÃO, CURSOS DE EXTENSÃO E ATIVIDADES DE PESQUISA</p> <hr/> <p>9.3 FORTALECER A ARTICULAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM A AUDITORIA E COM OS GABINETES DO TCMSP</p> <hr/> <p>9.4 FORTALECER A PRODUÇÃO DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS POR MEIO DA ARTICULAÇÃO DE SUA AGENDA E DA COMUNICAÇÃO DA EGC</p>
OBJETIVO 10	INICIATIVAS
<p>FORTALECER A GESTÃO DE DADOS PARA APRIMORAR A EXECUÇÃO, O MONITORAMENTO E A AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DA EGC</p>	<p>10.1 CONSTRUIR A ESTRATÉGIA E A POLÍTICA DE GESTÃO DE DADOS NA EGC</p> <hr/> <p>10.2 PROMOVER CAPACITAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS SOBRE TRATAMENTO E GESTÃO DE DADOS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO PARA A EQUIPE DA EGC</p> <hr/> <p>10.3 APERFEIÇOAR OS PROCESSOS DE TRATAMENTO DE DADOS DENTRO DA EGC</p> <hr/> <p>10.4 APRIMORAR COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS E CONHECIMENTOS COM OUTRAS UNIDADES DO TCMSP RELEVANTES NOS PROCESSOS DE TRABALHO DA EGC</p>

OBJETIVO 11	INICIATIVAS
<p>APERFEIÇOAR A GESTÃO ACADÊMICA DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO</p>	<p>11.1 REVISAR PERIODICAMENTE AS DIRETRIZES DE ELABORAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO</p>
	<p>11.2 FORTALECER O PLANEJAMENTO PERIÓDICO DAS ATIVIDADES DOCENTES E A INTEGRAÇÃO DAS DISCIPLINAS OFERTADAS</p>
	<p>11.3 PROMOVER O ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS</p>
	<p>11.4 BUSCAR A EXCELÊNCIA DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO</p>

RESULTADOS PARA O TCMSP, SERVIDORES PÚBLICOS E SOCIEDADE

OBJETIVO 12	INICIATIVAS
<p>AMPLIAR A QUANTIDADE E A DIVERSIDADE DE OFERTAS DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO</p>	<p>12.1 AMPLIAR OFERTA DE PROGRAMAS DE ESPECIALIZAÇÃO PRESENCIAIS</p>
	<p>12.2 AMPLIAR O OFERECIMENTO DE TURMAS NOTURNAS DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO</p>
	<p>12.3 IMPLANTAR ESPECIALIZAÇÃO EAD</p>
	<p>12.4 IMPLANTAR PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU: MESTRADO PROFISSIONAL</p>

OBJETIVO 13	INICIATIVAS
<p>AMPLIAR A QUANTIDADE E A DIVERSIDADE DE OFERTAS DE CURSOS DE EXTENSÃO</p>	<p>13.1 CONSIDERAR OS DADOS E AS INFORMAÇÕES PRODUZIDOS NO PLANEJAMENTO DE CURSOS</p>
	<p>13.2 AMPLIAR CURSOS DE EXTENSÃO</p>
	<p>13.3 FORTALECER O PROGRAMA JOVEM NO CONTROLE SOCIAL</p>
	<p>13.4 CONSOLIDAR A PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA JOVEM MONITOR CULTURAL</p>
	<p>13.5 CONSOLIDAR PARCERIA COM O PROGRAMA GOVERNO ABERTO DA PMSP</p>

13.6 IMPLANTAR CURSOS DE EXTENSÃO DE ENSINO À DISTÂNCIA ASSÍNCRONOS

OBJETIVO 14

AMPLIAR A QUANTIDADE E A DIVERSIDADE DE OFERTA DE EVENTOS

INICIATIVAS

14.1 CONSIDERAR A GESTÃO DE DADOS NO PLANEJAMENTO DE EVENTOS

14.2 ADOPTAR PLANEJAMENTO DE EVENTOS COM BASE EM INTEGRAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ESCOLA, DATAS E TEMAS PRIORITÁRIOS, AGENDA COLABORATIVA E CONTRIBUIÇÕES DO CORPO DOCENTE

OBJETIVO 15

AMPLIAR A ATIVIDADE DE PESQUISA

INICIATIVAS

15.1 FOMENTAR A CRIAÇÃO DE NOVOS GRUPOS DE PESQUISA

15.2 FORTALECER E INTEGRAR A ATIVIDADE DE PESQUISA DA EGC

OBJETIVO 16

BUSCAR A EXCELÊNCIA DAS AÇÕES EDUCACIONAIS OFERTADAS

INICIATIVAS

16.1 GARANTIR O ALINHAMENTO ENTRE AÇÕES EDUCACIONAIS E EIXOS TEMÁTICOS

16.2 DIVERSIFICAR AS FORMAS DE ACESSO E ATRAÇÃO DE NOVOS PROFISSIONAIS PARA O CORPO DOCENTE

16.3 IMPLEMENTAR MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO DE DOCENTES EXTERNOS À ESCOLA

OBJETIVO 17

FORTALECER A ATIVIDADE DE PESQUISA E A PRODUÇÃO, ANÁLISE E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

INICIATIVAS

17.1 FORTALECER A COLETA, O TRATAMENTO, A ESTRUTURAÇÃO, O PROCESSAMENTO, A ANÁLISE E A AVALIAÇÃO DE DADOS

17.2 DESENVOLVER GESTÃO DE DADOS PARA O OBSERVATÓRIO

17.3 CAPACITAR EQUIPE DO OBSERVATÓRIO

17.4 DESENVOLVER INDICADORES

17.5 FORTALECER, POR MEIO DO OBSERVATÓRIO, A TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA

OBJETIVO 18

AMPLIAR A ATRAÇÃO E A DISSEMINAÇÃO DE ARTIGOS DE ALTO IMPACTO PARA O INTERESSE PÚBLICO E DIVULGAR A PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DA ESCOLA E DO TRIBUNAL DE CONTAS, POR MEIO DA REVISTA SIMETRIA, EM ATENÇÃO AOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO QUALIS, DA CAPES

INICIATIVAS

18.1 FOMENTAR O ENGAJAMENTO DA COMUNIDADE CIENTÍFICA, DE PESQUISADORES DA ESCOLA, CONSELHEIROS E CORPO TÉCNICO DO TRIBUNAL DE CONTAS

18.2 AMPLIAR INDEXAÇÕES NAS PRINCIPAIS BASES DE DADOS

18.3 MELHORAR A CLASSIFICAÇÃO QUALIS, POR MEIO DO CUMPRIMENTO DOS CRITÉRIOS DA CAPES

18.4 INCENTIVAR A CITAÇÃO DE ARTIGOS DA REVISTA SIMETRIA EM DISCIPLINAS, EMENTAS E TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

18.5 ESTABELECECER MECANISMOS DE ATRAÇÃO DE ARTIGOS DE ALTO IMPACTO

OBJETIVO 19

CONSOLIDAR O LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO DA ESCOLA

INICIATIVAS

19.1 REALIZAR O DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL

19.2 CONSTITUIR EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

19.3 PROMOVER CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO

19.4 ESTABELECECER PARCERIAS E COLABORAÇÕES

19.5 PROMOVER A DIVULGAÇÃO E O ENGAJAMENTO INTERNO

<p>OBJETIVO 20</p> <p>FOMENTAR AÇÕES CULTURAIS NA ESCOLA</p>	<p>INICIATIVAS</p> <p>20.1 CONSOLIDAR POLÍTICA CULTURAL</p> <p>20.2 PROMOVER EVENTOS CULTURAIS</p> <p>20.3 FOMENTAR PARCERIAS NA ÁREA CULTURAL</p>
<p>OBJETIVO 21</p> <p>FORTALECER O ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DE DESENVOLVIMENTO DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO</p>	<p>INICIATIVAS</p> <p>21.1 FORTALECER O DIÁLOGO INSTITUCIONAL PARA IDENTIFICAÇÃO DE DEMANDAS DAS UNIDADES DO TRIBUNAL DE CONTAS</p> <p>21.2 GARANTIR O ALINHAMENTO ENTRE AS ATIVIDADES DA ESCOLA E AS NECESSIDADES DE DESENVOLVIMENTO DO TRIBUNAL DE CONTAS</p> <p>21.3 PRIORIZAR A EXECUÇÃO DE CURSOS <i>IN COMPANY</i></p> <p>21.4 ESTABELECEER E MONITORAR METAS DE CUMPRIMENTO DAS NECESSIDADES LEVANTADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS</p> <p>21.5 REALIZAR PESQUISA DE DEMANDAS JUNTO AOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS</p>
<p>OBJETIVO 22</p> <p>APRIMORAR A EXPERIÊNCIA DO CORPO DISCENTE DA ESCOLA</p>	<p>INICIATIVAS</p> <p>22.1 GARANTIR ACESSIBILIDADE ÀS ATIVIDADES DA ESCOLA</p> <p>22.2 GARANTIR A IMPLANTAÇÃO E A DIVERSIFICAÇÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS E PEDAGÓGICOS</p> <p>22.3 IMPLEMENTAR A ASSESSORIA PEDAGÓGICA</p> <p>22.4 AMPLIAR ESPAÇOS DE ESTUDO, ORIENTAÇÃO, ATENDIMENTO E CONVIVÊNCIA</p>

22.5 PROMOVER ESTUDOS DOS PERFIS E DO CICLO DE EXPERIÊNCIA DO CORPO DISCENTE

22.6 FOMENTAR ATIVIDADES DE INTEGRAÇÃO DE EGRESSOS

22.7 DISSEMINAR A PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

OBJETIVO 23

INICIATIVAS

FORTALECER A ARTICULAÇÃO EXTERNA DA ESCOLA

23.1 PROMOVER A ARTICULAÇÃO COM A AUDITORIA, ESCOLAS DE GOVERNO, UNIVERSIDADES E SOCIEDADE CIVIL

23.2 FORTALECER A ARTICULAÇÃO ENTRE A ESCOLA E A PREFEITURA E A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

23.3 FOMENTAR AÇÕES PARA DESENVOLVIMENTO DE NOVAS PARCERIAS DA ESCOLA

23.4 FORTALECER A ARTICULAÇÃO ENTRE O OBSERVATÓRIO E SEUS PARCEIROS

OBJETIVO 24

INICIATIVAS

APRIMORAR A COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA DA ESCOLA

24.1 DESENVOLVER ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO DA ESCOLA

24.2 AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DA EQUIPE DE COMUNICAÇÃO NO PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES OFERECIDAS PELA EGC

24.3 APERFEIÇOAR A IDENTIFICAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO DE CADA ATIVIDADE PARA OTIMIZAÇÃO DA DIVULGAÇÃO

24.4 ENVOLVER OS SERVIDORES E AS SERVIDORAS DA ESCOLA NO PROCESSO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES

24.5 AMPLIAR A ACESSIBILIDADE INTEGRAL DOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO DA ESCOLA E DAS ATIVIDADES REALIZADAS

24.6 ESTIMULAR A PRODUÇÃO E EXPERIMENTAÇÃO DE NOVOS CONTEÚDOS AUDIOVISUAIS

24.7 CONSOLIDAR INSTITUCIONALMENTE A UNIDADE DE COMUNICAÇÃO DA EGC

OBJETIVO 25

INICIATIVAS

CONSOLIDAR ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO E DEMONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE IMPACTO SOCIAL

25.1 ESTABELECEER PESQUISAS DE ORIGEM E DE DIVULGAÇÃO COM PÚBLICO PRESENCIAL

25.2 IMPLEMENTAR INICIATIVAS DE CONTATO DIRETO COM A SOCIEDADE E AÇÕES DE VISITAÇÃO

25.3 IMPLEMENTAR INICIATIVAS DE QUALIFICAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO

25.4 ESTABELECEER ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO COM ATORES-CHAVE E MULTIPLICADORES

OBJETIVO

PROJETO

Objetivo **08**

MACROFLUXOS DE PROCESSOS INTERNOS

Objetivo **08**

EMENTA UNIFICADA

Objetivo **08**

AGENDA COLETIVA

Objetivo **08**

SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR

Objetivo **05**

PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DO CORPO DOCENTE

Objetivo **06**

PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Objetivo 10	GESTÃO DE DADOS – 1ª ETAPA: "AVALIAÇÃO DE MATURIDADE DE DADOS DA EGC"
Objetivo 10	GESTÃO DE DADOS – 2ª ETAPA: "DEFINIÇÃO DA POLÍTICA DE DADOS"
Objetivo 07	AMPLIAÇÃO DE BIBLIOTECAS VIRTUAIS NA EGC
Objetivos 13 e 23	PARCERIA COM SECRETARIA DA CASA CIVIL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (PROGRAMA GOVERNO ABERTO)
Objetivo 24	ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO DA EGC
Objetivos 10 e 24	MONITORAMENTO DO IMPACTO DA DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELA EGC (DADOS EXTRAÍDOS DAS FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO)
Objetivo 12	INTEGRAÇÃO DE NOVAS TURMAS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
Objetivos 12 e 24	PRODUÇÃO DE MATERIAL AUDIOVISUAL SOBRE O TCC, SOBRE PESQUISA E SOBRE PRODUÇÃO ACADÊMICA (COMUNICAÇÃO)
Objetivo 12	POLÍTICA E SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE ORIENTAÇÕES DE TCC
Objetivo 16	BOLETIM SEMESTRAL SOBRE GASTO PÚBLICO - OPP
Objetivo 16	PAINEL DO GASTO PÚBLICO – OPP
Objetivo 14	CONGRESSO INTERNACIONAL

5.3 IMPLEMENTAÇÃO DO PDI: PLANOS ANUAIS E GESTÃO DOS PROJETOS

A persecução dos objetivos e iniciativas listados no PDI ocorrerá por meio de instrumentos de planejamento setoriais, nos quais as ações serão descritas. A construção de tais instrumentos levará em consideração as diretrizes da direção manifestadas nos objetivos estratégicos.

Os instrumentos de planejamento setorial serão: **plano anual** e **gestão de projetos**. Os modelos para elaboração de tais instrumentos estão no **ANEXO I** deste PDI. Os instrumentos têm a função de traduzir o plano, seus respectivos objetivos, iniciativas e projetos, em ações específicas que as unidades da EGC desenvolverão com vistas ao cumprimento do PDI.

O **plano anual** será desenvolvido setorialmente, de responsabilidade dos gestores das unidades da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas, supervisionados pela direção. O Plano é concebido para abarcar as ações concretas e traduzir os objetivos listados no PDI para a alteração da atuação da EGC. Os gestores das unidades preencherão os planos indicando as ações a serem tomadas no ciclo anual e a respectiva referência aos objetivos, às iniciativas e aos projetos.

A **gestão de projetos** será desenvolvida pelo servidor, ou gestor de unidade, responsável pelo acompanhamento e gestão da implementação do projeto. O modelo de projeto tem como objetivo antecipar as potenciais etapas de realização do projeto, de sua concepção até a avaliação.

5.4 MONITORAMENTO

O ciclo de monitoramento da execução do PDI será integrado por relatórios de execução e de cumprimento, cuja periodicidade será anual, durante os cinco anos de vigência do PDI. O monitoramento ocorrerá por meio do acompanhamento da execução dos planos anuais e da gestão dos projetos, somado ao acompanhamento de outras ações da EGC ligadas aos objetivos e às iniciativas do PDI.

O monitoramento da implementação do PDI será apoiado pela emissão de relatórios gerenciais de acompanhamento de dados e métricas estabelecidas pela direção, pela coordenação e pelas supervisões. A regularidade do acompanhamento de dados e métricas será trimestral.

O monitoramento será realizado em dois níveis: **tático** e **gerencial**. O nível **tático**, a cargo dos supervisores de unidades e coordenadores técnicos da EGC, consistirá no acompanhamento direto dos planos anuais e da gestão dos projetos, seu andamento e cumprimento das metas e dos indicadores construídos nos próprios instrumentos.

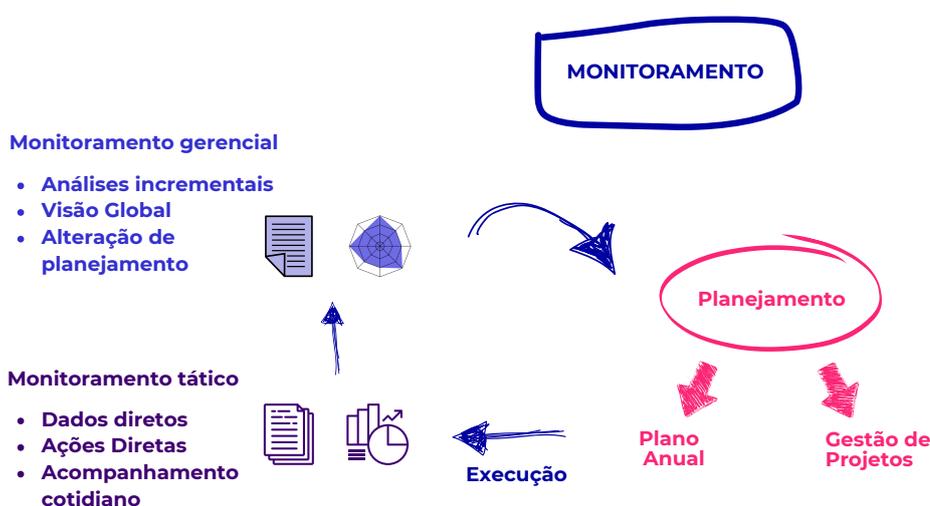
Ao conceber um projeto ou elaborar o plano anual, é fundamental que sejam estabelecidos indicadores consistentes com outros instrumentos de planejamento já existentes no Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

O nível **gerencial** é constituído pela supervisão da direção da EGC e se materializará a partir do acompanhamento da execução dos planos e da gestão de projetos, aliado à visão global de execução do planejamento. A ideia é de que lacunas não visíveis à supervisão e à coordenação sejam evidenciadas pela direção, que orientará as diretrizes

de adequação de planejamento e execução.

O monitoramento em duas etapas oferece complementaridade e possibilidade de correção de rumos de forma mais eficiente, comunicando-se claramente resultados e expectativas, bem como partilhando-se a tomada de decisão consciente e orientada por evidências (dados e informações). Como se vê esquematicamente abaixo:

Figura 3. Monitoramento do PDI.



Os ciclos de monitoramento têm duas finalidades essenciais: ajuste do planejamento e subsídio para o processo de avaliação da implementação do PDI.

5.5 AVALIAÇÃO

A avaliação do PDI e de sua implementação será realizada anualmente, durante os cinco anos de vigência do documento. O processo de avaliação será municiado por dois conjuntos documentais: **(a)** resultados do monitoramento de execução do PDI (planos anuais e gestão de projetos); e **(b)** relatório anual da CPA e seu conjunto de evidências, conforme as competências atribuídas à comissão em ato constitutivo.

A análise dos conjuntos documentais que compõem a avaliação se destina a aferir o cumprimento de metas e de indicadores de desenvolvimento dos objetivos e iniciativas do PDI **(a)**, identificando lacunas e demandas de aprimoramento no desenvolvimento de objetivos e iniciativas; e a produzir novas reflexões a partir da autoavaliação **(b)**, que é elaborada de forma participativa, entre representantes do corpo social da EGC designados para integrar a comissão, com o objetivo de aprimorar o próprio processo de planejamento da EGC.

Conjuntamente ao procedimento de avaliação anual, em atendimento ao art. 26, RIEGC, diretrizes e critérios serão elaborados para orientação do planejamento das atividades da

Escola no ciclo anual seguinte, promovendo o alinhamento entre as atividades planejadas, temas prioritários, objetivos e iniciativas deste PDI.

Os resultados do processo de avaliação do PDI serão difundidos e divulgados entre o corpo social da EGC e para a sociedade, e documentados para posteridade, integrando futuros documentos de planejamento da Escola. Findo o período de cinco anos de vigência do PDI, a direção, coordenação, supervisão e CPA se reunirão para elaboração da avaliação da integridade do ciclo e emitir um relatório final de execução do PDI.

5.6 Cronograma

Os objetivos e as iniciativas deste PDI serão desenvolvidos e distribuídos no período de cinco anos de vigência do plano. As previsões anuais de desenvolvimento e conclusão estão sugeridas na tabela abaixo:

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

OBJETIVO 1. GARANTIR A PERENIDADE DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA ESCOLA

Iniciativas	2025	2026	2027	2028	2029
1.1 GARANTIR A COMUNICAÇÃO DE DIRETRIZES PARA PLANEJAMENTO	[Barra azul]				
1.2 ACOMPANHAR A EXECUÇÃO, O MONITORAMENTO E A AVALIAÇÃO DO PLANEJAMENTO	[Barra azul]				
1.3 DESENVOLVER METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO ESPECÍFICO E PERIÓDICO DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	[Barra azul]				

OBJETIVO 2. CONSOLIDAR OS EIXOS TEMÁTICOS NO PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES DA ESCOLA

Iniciativas	2025	2026	2027	2028	2029
2.1 REVER ARQUITETURA DOS EIXOS TEMÁTICOS E GARANTIR CURADORIA TEMÁTICA	[Barra azul]				
2.2 PLANEJAR ATIVIDADES ALINHADAS AOS EIXOS TEMÁTICOS	[Barra azul]				

2.3 MONITORAR E AVALIAR O DESENVOLVIMENTO DOS EIXOS TEMÁTICOS, ESPECIALMENTE QUANTO ÀS LACUNAS E DEFICIÊNCIAS



2.4 FOMENTAR ATIVIDADES TRANSVERSAIS AOS EIXOS TEMÁTICOS



OBJETIVO 3. IMPLEMENTAR MECANISMOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS

Iniciativas

	2025	2026	2027	2028	2029
3.1 IMPLEMENTAR MECANISMOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS	■				
3.2 IMPLEMENTAR ROTINAS DE AVALIAÇÃO DO MONITORAMENTO	■				

PESSOAS, APRENDIZADO E INOVAÇÃO

OBJETIVO 4. APERFEIÇOAR A GESTÃO DE PESSOAS

Iniciativas

	2025	2026	2027	2028	2029
4.1 FORTALECER MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO INTERNA	■				
4.2 FOMENTAR A DIVERSIFICAÇÃO DA ATUAÇÃO DE SERVIDORES	■				
4.3 PROMOVER FORMAÇÕES DE LIDERANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS	■				
4.4 FORTALECER O USO DOS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E DESEMPENHO E DE PLANEJAMENTO DE TRABALHO	■				

OBJETIVO 5. PROMOVER A FORMAÇÃO CONTINUADA DO CORPO DOCENTE DA ESCOLA

Iniciativas

	2025	2026	2027	2028	2029
5.1 ESTIMULAR POLÍTICAS DE ATUALIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOCENTE, ADAPTANDO-AS ÀS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA ESCOLA	■				

5.2 ESTIMULAR A PESQUISA ACADÊMICA E A SUBMISSÃO DE ARTIGOS EM REVISTAS



5.3 FORTALECER PARCERIAS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA E ENSINO, COM O OBJETIVO DE ESTIMULAR A PESQUISA E A TROCA DE EXPERIÊNCIAS



OBJETIVO 6. PROMOVER A FORMAÇÃO CONTINUADA DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA ESCOLA

Iniciativas

2025 2026 2027 2028 2029

6.1 REALIZAR LEVANTAMENTO PERIÓDICO DAS DEMANDAS DE FORMAÇÃO DOS SERVIDORES



6.2 FORTALECER AS PARCERIAS PARA OFERTA DE TREINAMENTO AOS SERVIDORES



OBJETIVO 7. AMPLIAR O ACESSO DISPONIBILIZADO A DOCENTES E ESTUDANTES A FONTES BIBLIOGRÁFICAS E ACERVO

Iniciativas

2025 2026 2027 2028 2029

7.1 ELABORAR ESTUDO DE AMPLIAÇÃO DE ACESSO A FONTES E ACERVO BIBLIOGRÁFICOS



7.2 AMPLIAR O ACESSO A BIBLIOTECAS DIGITAIS



7.3 DISPONIBILIZAR ACESSO A BIBLIOTECAS DIGITAIS DE ARTIGOS CIENTÍFICOS INTERNACIONAIS



7.4 DISPONIBILIZAR ESPAÇOS PARA ESTUDO



7.5 GARANTIR A ATUALIZAÇÃO DO ACERVO



PROCESSOS INTERNOS

OBJETIVO 8. GERENCIAR FLUXOS E PROCESSOS, COM ÊNFASE EM EFICIÊNCIA, INTEGRAÇÃO E ACESSO À INFORMAÇÃO

Iniciativas	2025	2026	2027	2028	2029
8.1 DESENVOLVER MACROFLUXOS DAS ATIVIDADES DA EGC	■				
8.2 MAPEAR, DESCREVER E REVISAR OS FLUXOS E OS PROCESSOS DE TRABALHO	■				
8.3 MAPEAR, DESCREVER E REVISAR OS FLUXOS INTERNOS E EXTERNOS DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	■				
8.4 INTEGRAR OS PROCESSOS DE TRABALHO	■	■	■	■	■
8.5 IMPLEMENTAR SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR	■	■	■	■	■
8.6 DESENVOLVER E APRIMORAR PROCESSOS DE TRABALHO E PRODUTOS DA COMUNICAÇÃO	■	■	■		

OBJETIVO 9. FORTALECER A ARTICULAÇÃO E A INTEGRAÇÃO ENTRE AS UNIDADES DA ESCOLA NO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE SUAS ATIVIDADES

Iniciativas	2025	2026	2027	2028	2029
9.1 FORTALECER A ARTICULAÇÃO ENTRE AS AGENDAS DO CORPO DOCENTE DA EGC, DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DO LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO		■	■	■	■
9.2 INTEGRAR OS CALENDÁRIOS DE AÇÕES DE PALESTRAS, DISCIPLINAS DE PÓS-GRADUAÇÃO, CURSOS DE EXTENSÃO E ATIVIDADES DE PESQUISA		■	■	■	■
9.3 FORTALECER A ARTICULAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM A AUDITORIA E COM OS GABINETES		■	■	■	■
9.4 FORTALECER A PRODUÇÃO DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS POR MEIO DA ARTICULAÇÃO DE SUA AGENDA E DA COMUNICAÇÃO DA EGC	■				

OBJETIVO 10. FORTALECER A GESTÃO DE DADOS PARA APRIMORAR O MONITORAMENTO E A AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ESCOLA

Iniciativas	2025	2026	2027	2028	2029
10.1 CONSTRUIR A ESTRATÉGIA DE GESTÃO DE DADOS NA EGC E SUA RESPECTIVA POLÍTICA	■				
10.2 PROMOVER CAPACITAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS SOBRE TRATAMENTO E GESTÃO DE DADOS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO PARA A EQUIPE DA EGC	■				
10.3 APERFEIÇOAR OS PROCESSOS DE TRATAMENTO DE DADOS DENTRO DA ESCOLA	■				
10.4 APRIMORAR COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS E CONHECIMENTOS COM OUTRAS UNIDADES DO TCMSP RELEVANTES NOS PROCESSOS DE TRABALHO DA ESCOLA	■				

OBJETIVO 11. APERFEIÇOAR A GESTÃO ACADÊMICA DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Iniciativas	2025	2026	2027	2028	2029
11.1 REVISAR PERIODICAMENTE AS DIRETRIZES DE ELABORAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	■				
11.2 FORTALECER O PLANEJAMENTO PERIÓDICO DAS ATIVIDADES DOCENTES E A INTEGRAÇÃO DAS DISCIPLINAS OFERTADAS	■				
11.3 PROMOVER O ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS		■			
11.4 BUSCAR A EXCELÊNCIA DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO	■				

RESULTADOS PARA O TCMSP, SERVIDORES PÚBLICOS E SOCIEDADE

OBJETIVO 12. AMPLIAR QUANTIDADE E DIVERSIDADE DE OFERTAS DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Iniciativas	2025	2026	2027	2028	2029
12.1 AMPLIAR OFERTA DE PROGRAMAS DE ESPECIALIZAÇÃO PRESENCIAIS	■				
12.2 AMPLIAR O OFERECIMENTO DE TURMAS NOTURNAS DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO		■			
12.3 IMPLANTAR ESPECIALIZAÇÃO EAD		■			
12.4 IMPLANTAR PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU: MESTRADO PROFISSIONAL	■				

OBJETIVO 13. AMPLIAR QUANTIDADE E DIVERSIDADE DE OFERTAS DE CURSOS DE EXTENSÃO

Iniciativas	2025	2026	2027	2028	2029
13.1 CONSIDERAR OS DADOS E AS INFORMAÇÕES PRODUZIDOS NO PLANEJAMENTO DE CURSOS	■				
13.2 AMPLIAR CURSOS DE EXTENSÃO	■				
13.3 FORTALECER O PROGRAMA JOVEM NO CONTROLE SOCIAL	■				
13.4 CONSOLIDAR A PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA JOVEM MONITOR CULTURAL	■				
13.5 CONSOLIDAR PARCERIA COM O PROGRAMA GOVERNO ABERTO DA PMSP	■				
13.6 IMPLANTAR CURSOS DE EXTENSÃO EAD			■		

OBJETIVO 14. AMPLIAR QUANTIDADE E DIVERSIDADE DE OFERTA DE EVENTOS

Iniciativas	2025	2026	2027	2028	2029
14.1 CONSIDERAR OS DADOS E AS INFORMAÇÕES PRODUZIDOS NO PLANEJAMENTO DE EVENTOS					
14.2 ADOTAR PLANEJAMENTO DE EVENTOS COM BASE EM INTEGRAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ESCOLA, DATAS E TEMAS PRIORITÁRIOS, AGENDA COLABORATIVA E CONTRIBUIÇÕES DO CORPO DOCENTE					

OBJETIVO 15. AMPLIAR ATIVIDADE DE PESQUISA

Iniciativas	2025	2026	2027	2028	2029
15.1 FOMENTAR A CRIAÇÃO DE NOVOS GRUPOS DE PESQUISA ALINHADOS AOS EIXOS TEMÁTICOS					
15.2 FORTALECER E INTEGRAR A ATIVIDADE DE PESQUISA DA ESCOLA					

OBJETIVO 16. BUSCAR A EXCELÊNCIA DA ATIVIDADES EDUCACIONAIS OFERTADAS

Iniciativas	2025	2026	2027	2028	2029
16.1 GARANTIR O ALINHAMENTO ENTRE AÇÕES EDUCACIONAIS E EIXOS TEMÁTICOS					
16.2 DIVERSIFICAR AS FORMAS DE ACESSO E DE ATRAÇÃO DE NOVOS PROFISSIONAIS PARA O CORPO DOCENTE					
16.3 IMPLEMENTAR MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO DE DOCENTES EXTERNOS À ESCOLA					

OBJETIVO 17. FORTALECER A ATIVIDADE DE PESQUISA E A PRODUÇÃO, ANÁLISE E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Iniciativas	2025	2026	2027	2028	2029
17.1 FORTALECER A COLETA, O TRATAMENTO, A ESTRUTURAÇÃO, O PROCESSAMENTO, A ANÁLISE E A AVALIAÇÃO DE DADOS					
17.2 DESENVOLVER GESTÃO DE DADOS PARA O OBSERVATÓRIO					
17.3 CAPACITAR EQUIPE DO OBSERVATÓRIO					
17.4 DESENVOLVER INDICADORES					
17.5 FORTALECER, POR MEIO DO OBSERVATÓRIO, A TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA					

OBJETIVO 18. AMPLIAR A ATRAÇÃO E A DISSEMINAÇÃO DE ARTIGOS DE ALTO IMPACTO E DIVULGAR A PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DA ESCOLA E DO TRIBUNAL DE CONTAS, POR MEIO DA REVISTA SIMETRIA, EM ATENÇÃO AOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO QUALIS, DA CAPES

Iniciativas	2025	2026	2027	2028	2029
18.1 FOMENTAR O ENGAJAMENTO DA COMUNIDADE CIENTÍFICA, DE PESQUISADORES DA ESCOLA, CONSELHEIROS E CORPO TÉCNICO DO TRIBUNAL DE CONTAS					
18.2 AMPLIAR INDEXAÇÕES NAS PRINCIPAIS BASES DE DADOS					
18.3 MELHORAR A CLASSIFICAÇÃO QUALIS, POR MEIO DO CUMPRIMENTO DOS CRITÉRIOS DA CAPES					
18.4 INCENTIVAR A CITAÇÃO DE ARTIGOS DA REVISTA SIMETRIA EM DISCIPLINAS, EMENTAS E TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO					
18.5 ESTABELEECER MECANISMOS DE ATRAÇÃO DE ARTIGOS DE ALTO IMPACTO					

OBJETIVO 19. CONSOLIDAR O LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO DA ESCOLA

Iniciativas	2025	2026	2027	2028	2029
19.1 REALIZAR O DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL	█				
19.2 REUNIR EQUIPE MULTIDISCIPLINAR	█	█	█	█	
19.3 PROMOVER CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO	█	█	█	█	█
19.4 ESTABELECEER PARCERIAS E COLABORAÇÕES		█	█	█	█
19.5 PROMOVER A DIVULGAÇÃO E O ENGAJAMENTO INTERNO	█	█	█	█	█

OBJETIVO 20. FOMENTAR AÇÕES CULTURAIS NA ESCOLA

Iniciativas	2025	2026	2027	2028	2029
20.1 CONSOLIDAR POLÍTICA CULTURAL	█	█	█	█	█
20.2 PROMOVER EVENTOS CULTURAIS	█	█	█	█	█
20.3 FOMENTAR PARCERIAS NA ÁREA CULTURAL	█	█	█	█	█

OBJETIVO 21. FORTALECER O ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DE DESENVOLVIMENTO DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Iniciativas	2025	2026	2027	2028	2029
21.1 FORTALECER DIÁLOGO INSTITUCIONAL PARA IDENTIFICAÇÃO DE DEMANDAS DAS UNIDADES DO TRIBUNAL DE CONTAS	█	█			
21.2 GARANTIR O ALINHAMENTO ENTRE AS ATIVIDADES DA ESCOLA E AS NECESSIDADES DE DESENVOLVIMENTO DO TRIBUNAL DE CONTAS	█	█	█	█	█
21.3 PRIORIZAR A EXECUÇÃO DE CURSOS <i>IN COMPANY</i>	█	█	█	█	█
21.4 ESTABELECEER E MONITORAR METAS DE CUMPRIMENTO DAS NECESSIDADES LEVANTADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS	█	█	█	█	█

21.5 REALIZAR PESQUISA DE DEMANDAS JUNTO AOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS



OBJETIVO 22. APRIMORAR A EXPERIÊNCIA DO CORPO DISCENTE DA ESCOLA

Iniciativas

	2025	2026	2027	2028	2029
22.1 GARANTIR ACESSIBILIDADE ÀS ATIVIDADES DA ESCOLA	[Green bar]				
22.2 GARANTIR A IMPLANTAÇÃO E A DIVERSIFICAÇÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS E PEDAGÓGICOS	[Green bar]				
22.3 IMPLEMENTAR A ASSESSORIA PEDAGÓGICA	[Green bar]				
22.4 AMPLIAR ESPAÇOS DE ESTUDO, ORIENTAÇÃO, ATENDIMENTO E CONVIVÊNCIA			[Green bar]		
22.5 PROMOVER ESTUDOS DOS PERFIS DO CORPO DISCENTE E SEU CICLO DE EXPERIÊNCIA	[Green bar]				
22.6 FOMENTAR ATIVIDADES DE INTEGRAÇÃO DE EGRESSOS	[Green bar]				
22.7 DISSEMINAR A PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DA PÓS-GRADUAÇÃO	[Green bar]				

OBJETIVO 23. FORTALECER A ARTICULAÇÃO EXTERNA DA ESCOLA

Iniciativas

	2025	2026	2027	2028	2029
23.1 PROMOVER A ARTICULAÇÃO COM A AUDITORIA, ESCOLAS DE GOVERNO, UNIVERSIDADES E SOCIEDADE CIVIL	[Green bar]				
23.2 FORTALECER A ARTICULAÇÃO ENTRE A ESCOLA E A PREFEITURA E A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO	[Green bar]				
23.3 FOMENTAR AÇÕES PARA DESENVOLVIMENTO DE NOVAS PARCERIAS DA ESCOLA	[Green bar]				
23.4 FORTALECER A ARTICULAÇÃO ENTRE O OBSERVATÓRIO E SEUS PARCEIROS		[Green bar]			

OBJETIVO 24. APRIMORAR A COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA DA EGC

Iniciativas	2025	2026	2027	2028	2029
24.1 DESENVOLVER ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO DA EGC	[Green bar]				
24.2 AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DA EQUIPE DE COMUNICAÇÃO NO PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES OFERECIDAS PELA ESCOLA	[Green bar]				
24.3 APERFEIÇOAR A IDENTIFICAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO DE CADA ATIVIDADE PARA OTIMIZAÇÃO DA DIVULGAÇÃO	[Green bar]				
24.4 ENVOLVER OS SERVIDORES E AS SERVIDORAS DA ESCOLA NO PROCESSO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES	[Green bar]				
24.5 AMPLIAR A ACESSIBILIDADE INTEGRAL DOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO DA ESCOLA E DAS ATIVIDADES REALIZADAS	[Green bar]				
24.6 ESTIMULAR A PRODUÇÃO E EXPERIMENTAÇÃO DA PRODUÇÃO DE NOVOS CONTEÚDOS AUDIOVISUAIS		[Green bar]			
24.7 CONSOLIDAR INSTITUCIONALMENTE A UNIDADE DE COMUNICAÇÃO DA EGC	[Green bar]				

OBJETIVO 25. CONSOLIDAR ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO E DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE IMPACTO SOCIAL

Iniciativas	2025	2026	2027	2028	2029
25.1 ESTABELECEER PESQUISAS DE ORIGEM E DE DIVULGAÇÃO COM PÚBLICO PRESENCIAL		[Green bar]			
25.2 IMPLEMENTAR INICIATIVAS DE CONTATO DIRETO COM A SOCIEDADE E AÇÕES DE VISITAÇÃO		[Green bar]			
25.3 IMPLEMENTAR INICIATIVAS DE QUALIFICAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO		[Green bar]			

25.4 ESTABELECEER ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO COM ATORES-CHAVE E MULTIPLICADORES

A sistematização e a consolidação do cronograma de planejamento e execução do PDI se encontram nas tabelas do **ANEXO II** deste documento.

5.7 MECANISMOS DE REVISÃO DO PDI

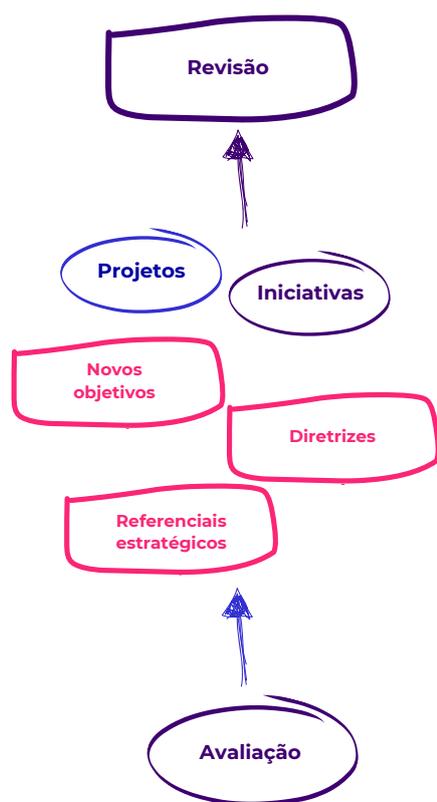


Figura 4. Revisão do PDI.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) poderá ser revisado durante os ciclos de monitoramento e avaliação, respeitando os mesmos procedimentos utilizados para a sua aprovação. O processo de revisão deve seguir normas semelhantes àquelas aplicadas na sua aprovação inicial.

A revisão é essencial para a atualização de referenciais estratégicos, diretrizes, objetivos e iniciativas. Cabe à direção da EGC garantir que o conteúdo do PDI esteja sempre atualizado e alinhado com a realidade da instituição. A revisão torna-se necessária quando há desconexões entre a atuação da EGC e o conteúdo planejado no PDI.

O processo de revisão do PDI coincidirá com as avaliações anuais de execução do plano, nas quais serão identificadas as discrepâncias que exijam ajustes e revisões.

A revisão pode atualizar referenciais estratégicos, revisar objetivos estratégicos, incluir ou excluir objetivos, alterar iniciativas e escolher novos projetos. O processo de revisão será documentado, contendo justificativas para as alterações propostas.

As alterações textuais do PDI deverão ser registradas no histórico de versões, constante deste plano, discriminando: o número da versão, a data de sua publicação e o conteúdo do tópico alterado pela revisão.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

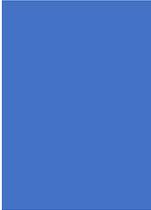
- ENAP. **Projeto Pedagógico Institucional (PPI 2020-2024)**. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2020.
- FILATRO, A. **Estilos de Aprendizagem Módulo 1 Andragogia**. Brasília: ENAP, 2015;
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- GARCIA, G. P. **Tribunais de Contas e Andragogia: um estudo sobre os Projetos Político Pedagógicos das Escolas de Contas**. *Revista Técnica dos Tribunais de Contas - RTTC* – v. 1, n. 0 (2010). Belo Horizonte: Fórum; Curitiba: Instituto Rui Barbosa, p. 180-194, 2021.
- IF. **O PDI como ferramenta de gestão: orientações para elaboração**. Resultados das reflexões do FDI – Fórum de Pró-Reitores de Desenvolvimento Institucional da REPFT. Brasília: Governo Federal, 2013.
- IFRS. **Guia para Elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional 2024-2028**. Bento Gonçalves: Instituto Federal do Rio Grande do Sul, 2023.
- KNOWLES, M. S.; HOLTON III, E.F.; SWANSON, R. A. **Aprendizagem de resultados: uma abordagem prática para aumentar a efetividade da educação corporativa**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- MEC. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa**. Presencial e Distância. RECRENCIAMENTO. TRANSFORMAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA. Brasília: Governo Federal, 2017a.
- MEC. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**. Um Guia de Conhecimentos para Instituições Federais de Ensino. Brasília: Governo Federal, 2017b.
- MEC (SESu). **Manual de verificação in loco das condições institucionais**. Credenciamento de Instituições Não-Universitárias. Autorização para cursos superiores. Brasília: Governo Federal, 2002.
- MEC. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI**. Diretrizes para Elaboração. Brasília: Governo Federal, 2004.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. **Plano de Desenvolvimento e Projeto de Autoavaliação Institucional**. Diretrizes para Construção. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 2022.

HISTÓRICO DE VERSÕES

VERSÃO	DATA DE ELABORAÇÃO	PUBLICAÇÃO
V.1	Dezembro/2024	20/12/2024

DISTRIBUIÇÃO DO CRONOGRAMA

CONSOLIDAÇÃO DO CRONOGRAMA PDI (2025-2029)

		2025	2026	2027	2028	2029
OBJETIVO	PREVISÃO DE INÍCIO					
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO						
OBJ. 1	1.3 DESENVOLVER METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO ESPECÍFICO E PERIÓDICO DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS					
OBJ. 2	2.1 REVER ARQUITETURA DOS EIXOS TEMÁTICOS E GARANTIR CURADORIA TEMÁTICA					
OBJ. 2	2.2 PLANEJAR ATIVIDADES ALINHADAS AOS EIXOS TEMÁTICOS					
OBJ. 3	3.1 IMPLEMENTAR MECANISMOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS					
OBJ. 3	3.2 IMPLEMENTAR ROTINAS DE AVALIAÇÃO DO MONITORAMENTO					
PESSOAS, APRENDIZADO E INOVAÇÃO						
OBJ. 4	4.2 FOMENTAR A DIVERSIFICAÇÃO DA ATUAÇÃO DE SERVIDORES					
OBJ. 4	4.3 PROMOVER FORMAÇÕES DE LIDERANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS					

OBJ. 4	4.4 FORTALECER O USO DOS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E DESEMPENHO E DE PLANEJAMENTO DE TRABALHO	
OBJ. 5	5.1 ESTIMULAR POLÍTICAS DE ATUALIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOCENTE, ADAPTANDO-AS ÀS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DA ESCOLA	
OBJ. 5	5.2 ESTIMULAR A PESQUISA ACADÊMICA E A SUBMISSÃO DE ARTIGOS EM REVISTAS	
OBJ. 7	7.1 ELABORAR ESTUDO DE AMPLIAÇÃO DE ACESSO A FONTES E ACERVO BIBLIOGRÁFICOS	
OBJ. 7	7.3 DISPONIBILIZAR ACESSO A BIBLIOTECAS DIGITAIS DE ARTIGOS CIENTÍFICOS INTERNACIONAIS	

PROCESSOS INTERNOS

OBJ. 8	8.1 DESENVOLVER MACROFLUXOS DAS ATIVIDADES DA EGC	
OBJ. 8	8.2 MAPEAR E DESCREVER FLUXOS E PROCESSOS DE TRABALHO	
OBJ. 8	8.3 MAPEAR, DESCREVER E REVISAR OS FLUXOS INTERNOS E EXTERNOS DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	
OBJ. 8	8.6 DESENVOLVER E APRIMORAR PROCESSOS DE TRABALHO E PRODUTOS DA COMUNICAÇÃO	

OBJ. 9 9.4 FORTALECER A PRODUÇÃO DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS POR MEIO DA ARTICULAÇÃO DE SUA AGENDA E DA COMUNICAÇÃO DA EGC



RESULTADOS PARA O TCMSP, SERVIDORES PÚBLICOS E SOCIEDADE

OBJ. 12 12.4 IMPLANTAR PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU: MESTRADO PROFISSIONAL



OBJ. 13 13.2 AMPLIAR CURSOS DE EXTENSÃO



OBJ. 13 13.3 FORTALECER O PROGRAMA JOVEM NO CONTROLE SOCIAL



OBJ. 13 13.4 CONSOLIDAR A PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA JOVEM MONITOR CULTURAL



OBJ. 13 13.5 CONSOLIDAR PARCERIA COM O PROGRAMA GOVERNO ABERTO DA PMSP



OBJ. 14 14.2 ADOTAR PLANEJAMENTO DE EVENTOS COM BASE EM INTEGRAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ESCOLA, DATAS E TEMAS PRIORITÁRIOS, AGENDA COLABORATIVA E CONTRIBUIÇÕES DO CORPO DOCENTE



OBJ. 16 16.3 IMPLEMENTAR MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO DE DOCENTES EXTERNOS À ESCOLA



OBJ. 19 19.1 REALIZAR O DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL



OBJ. 19	19.2 REUNIR EQUIPE MULTIDISCIPLINAR				
OBJ. 21	21.1 FORTALECER DIÁLOGO INSTITUCIONAL PARA IDENTIFICAÇÃO DE DEMANDAS DAS UNIDADES DO TRIBUNAL DE CONTAS				
OBJ. 22	22.2 GARANTIR A IMPLANTAÇÃO E A DIVERSIFICAÇÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS E PEDAGÓGICOS				
OBJ. 22	22.3 IMPLEMENTAR A ASSESSORIA PEDAGÓGICA				
OBJ. 24	24.7 CONSOLIDAR INSTITUCIONALMENTE A UNIDADE DE COMUNICAÇÃO DA EGC				
2026 2027 2028 2029					

PESSOAS, APRENDIZADO E INOVAÇÃO

OBJ. 7	7.2 AMPLIAR O ACESSO A BIBLIOTECAS DIGITAIS				
--------	---	--	--	--	--

PROCESSOS INTERNOS

OBJ. 9	9.1 FORTALECER A ARTICULAÇÃO ENTRE AS AGENDAS DO CORPO DOCENTE DA EGC, DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DO LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO				
OBJ. 9	9.2 INTEGRAR OS CALENDÁRIOS DE AÇÕES DE PALESTRAS, DISCIPLINAS DE PÓS-GRADUAÇÃO, CURSOS DE EXTENSÃO E ATIVIDADES DE PESQUISA				

OBJ. 9	9.3 FORTALECER A ARTICULAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM A AUDITORIA E COM OS GABINETES	
OBJ. 10	10.1 CONSTRUIR A ESTRATÉGIA DE GESTÃO DE DADOS NA EGC E SUA RESPECTIVA POLÍTICA	
OBJ. 10	10.2 PROMOVER CAPACITAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS SOBRE TRATAMENTO E GESTÃO DE DADOS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO PARA A EQUIPE DA EGC	
OBJ. 11	11.3 PROMOVER O ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	

RESULTADOS PARA O TCMSP, SERVIDORES PÚBLICOS E SOCIEDADE

OBJ. 12	12.2 AMPLIAR O OFERECIMENTO DE TURMAS NOTURNAS DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO	
OBJ. 12	12.3 IMPLANTAR ESPECIALIZAÇÃO EAD	
OBJ. 14	14.1 CONSIDERAR OS DADOS E AS INFORMAÇÕES PRODUZIDOS NO PLANEJAMENTO DE EVENTOS	
OBJ. 15	15.1 FOMENTAR A CRIAÇÃO DE NOVOS GRUPOS DE PESQUISA ALINHADOS AOS EIXOS TEMÁTICOS	
OBJ. 15	15.2 FORTALECER E INTEGRAR A ATIVIDADE DE PESQUISA DA ESCOLA	

OBJ. 16	16.2 DIVERSIFICAR AS FORMAS DE ACESSO E DE ATRAÇÃO DE NOVOS PROFISSIONAIS PARA O CORPO DOCENTE	
OBJ. 17	17.1 FORTALECER A COLETA, O TRATAMENTO, A ESTRUTURAÇÃO, O PROCESSAMENTO, A ANÁLISE E A AVALIAÇÃO DE DADOS	
OBJ. 17	17.2 DESENVOLVER GESTÃO DE DADOS PARA O OBSERVATÓRIO	
OBJ. 17	17.3 CAPACITAR EQUIPE DO OBSERVATÓRIO	
OBJ. 17	17.4 DESENVOLVER INDICADORES	
OBJ. 17	17.5 FORTALECER, POR MEIO DO OBSERVATÓRIO, A TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA	
OBJ. 19	19.4 ESTABELEECER PARCERIAS E COLABORAÇÕES	
OBJ. 21	21.5 REALIZAR PESQUISA DE DEMANDAS JUNTO AOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS	
OBJ. 23	23.4 FORTALECER A ARTICULAÇÃO ENTRE O OBSERVATÓRIO E SEUS PARCEIROS	
OBJ. 24	24.6 ESTIMULAR A PRODUÇÃO E EXPERIMENTAÇÃO DA PRODUÇÃO DE NOVOS CONTEÚDOS AUDIOVISUAIS	
OBJ. 25	25.1 ESTABELEECER PESQUISAS DE ORIGEM E DE DIVULGAÇÃO COM PÚBLICO PRESENCIAL	

OBJ. 25	25.2 IMPLEMENTAR INICIATIVAS DE CONTATO DIRETO COM A SOCIEDADE E AÇÕES DE VISITAÇÃO	
OBJ. 25	25.3 IMPLEMENTAR INICIATIVAS DE QUALIFICAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO	
OBJ. 25	25.4 ESTABELECER ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO COM ATORES-CHAVE E MULTIPLICADORES	

2027 2028 2029

PESSOAS, APRENDIZADO E INOVAÇÃO

OBJ. 7	7.4 DISPONIBILIZAR ESPAÇOS PARA ESTUDO	
--------	--	--

RESULTADOS PARA O TCMSP, SERVIDORES PÚBLICOS E SOCIEDADE

OBJ. 13	13.6 IMPLANTAR CURSOS DE EXTENSÃO EAD	
OBJ. 16	16.4 DIVERSIFICAR AS FORMAS DE ACESSO E DE ATRAÇÃO DE NOVOS PROFISSIONAIS PARA O CORPO DOCENTE	
OBJ. 22	22.4 AMPLIAR ESPAÇOS DE ESTUDO, ORIENTAÇÃO, ATENDIMENTO E CONVIVÊNCIA	

CONSOLIDAÇÃO DO CRONOGRAMA PDI (2025-2029)

	2025	2026	2027	2028	2029
OBJETIVO	INICIATIVAS CONTÍNUAS				

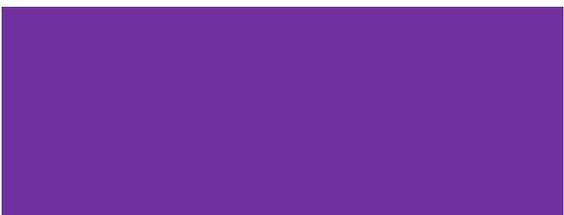
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

OBJ. 1	1.1 GARANTIR A COMUNICAÇÃO DE DIRETRIZES PARA PLANEJAMENTO	
OBJ. 1	1.2 ACOMPANHAR A EXECUÇÃO, O MONITORAMENTO E A AVALIAÇÃO DO PLANEJAMENTO	
OBJ. 2	2.3 MONITORAR E AVALIAR O DESENVOLVIMENTO DOS EIXOS TEMÁTICOS, ESPECIALMENTE QUANTO ÀS LACUNAS E DEFICIÊNCIAS	
OBJ. 2	2.4 FOMENTAR ATIVIDADES TRANSVERSAIS AOS EIXOS TEMÁTICOS	

PESSOAS, APRENDIZADO E INOVAÇÃO

OBJ. 4	4.1 FORTALECER MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO INTERNA	
OBJ. 5	5.3 FORTALECER PARCERIAS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA E ENSINO, COM O OBJETIVO DE ESTIMULAR A PESQUISA E A TROCA DE EXPERIÊNCIAS	
OBJ. 6	6.1 REALIZAR LEVANTAMENTO PERIÓDICO DAS DEMANDAS DE FORMAÇÃO DOS SERVIDORES	
OBJ. 6	6.2 FORTALECER AS PARCERIAS PARA OFERTA DE TREINAMENTO AOS SERVIDORES	
OBJ. 7	7.5 GARANTIR A ATUALIZAÇÃO DO ACERVO	

PROCESSOS INTERNOS

OBJ. 8	8.4 INTEGRAR OS PROCESSOS DE TRABALHO	
OBJ. 8	8.5 IMPLEMENTAR SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR	
OBJ. 10	10.3 APERFEIÇOAR OS PROCESSOS DE TRATAMENTO DE DADOS DENTRO DA ESCOLA	
OBJ. 10	10.4 APRIMORAR O COMPARTILHAMENTO DE RECURSOS E CONHECIMENTOS COM OUTRAS UNIDADES DO TCMSP RELEVANTES NOS PROCESSOS DE TRABALHO DA ESCOLA	
OBJ. 11	11.1 REVISAR PERIODICAMENTE AS DIRETRIZES DE ELABORAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	
OBJ. 11	11.2 FORTALECER O PLANEJAMENTO PERIÓDICO DAS ATIVIDADES DOCENTES E A INTEGRAÇÃO DAS DISCIPLINAS OFERTADAS	
OBJ. 11	11.4 BUSCAR A EXCELÊNCIA DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO	

RESULTADOS PARA O TCMSP, SERVIDORES PÚBLICOS E SOCIEDADE

OBJ. 12	12.1 AMPLIAR OFERTA DE PROGRAMAS DE ESPECIALIZAÇÃO PRESENCIAIS	
OBJ. 13	13.1 CONSIDERAR OS DADOS E AS INFORMAÇÕES PRODUZIDOS NO PLANEJAMENTO DE CURSOS	

OBJ. 16	16.1 GARANTIR O ALINHAMENTO ENTRE AÇÕES EDUCACIONAIS E EIXOS TEMÁTICOS	
OBJ. 18	18.1 FOMENTAR O ENGAJAMENTO DA COMUNIDADE CIENTÍFICA, DE PESQUISADORES DA ESCOLA, CONSELHEIROS E CORPO TÉCNICO DO TRIBUNAL DE CONTAS	
OBJ. 18	18.2 AMPLIAR INDEXAÇÕES NAS PRINCIPAIS BASES DE DADOS	
OBJ. 18	18.3 MELHORAR A CLASSIFICAÇÃO QUALIS, POR MEIO DO CUMPRIMENTO DOS CRITÉRIOS DA CAPES	
OBJ. 18	18.4 INCENTIVAR A CITAÇÃO DE ARTIGOS DA REVISTA SIMETRIA EM DISCIPLINAS, EMENTAS E TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO	
OBJ. 18	18.5 ESTABELEECER MECANISMOS DE ATRAÇÃO DE ARTIGOS DE ALTO IMPACTO	
OBJ. 19	19.3 PROMOVER CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO	
OBJ. 19	19.5 PROMOVER A DIVULGAÇÃO E ENGAJAMENTO INTERNO	
OBJ. 20	20.1 CONSOLIDAR A POLÍTICA CULTURAL	
OBJ. 20	20.2 PROMOVER EVENTOS CULTURAIS	
OBJ. 20	20.3 FOMENTAR PARCERIAS NA ÁREA CULTURAL	

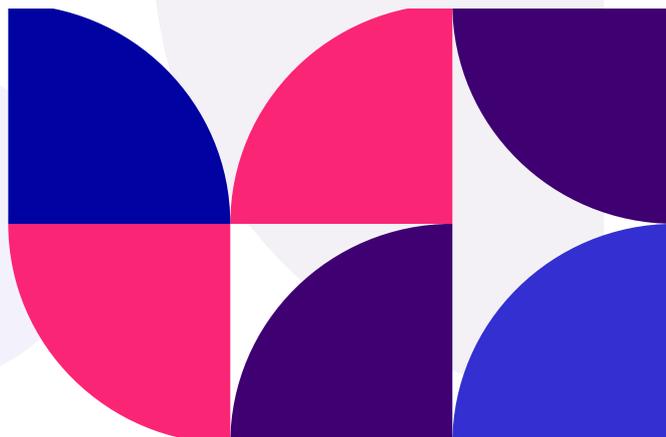
OBJ. 21	21.2 GARANTIR O ALINHAMENTO ENTRE AS ATIVIDADES DA ESCOLA E AS NECESSIDADES DE DESENVOLVIMENTO DO TRIBUNAL DE CONTAS	
OBJ. 21	21.3 PRIORIZAR A EXECUÇÃO DE CURSOS IN COMPANY	
OBJ. 21	21.4 ESTABELEECER E MONITORAR METAS DE CUMPRIMENTO DAS NECESSIDADES LEVANTADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS	
OBJ. 22	22.1 GARANTIR ACESSIBILIDADE ÀS ATIVIDADES DA ESCOLA	
OBJ. 22	22.5 PROMOVER ESTUDOS DOS PERFIS DO CORPO DISCENTE E SEU CICLO DE EXPERIÊNCIA	
OBJ. 22	22.6 FOMENTAR ATIVIDADES DE INTEGRAÇÃO DE EGRESSOS	
OBJ. 22	22.7 DISSEMINAR A PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DA PÓS-GRADUAÇÃO	
OBJ. 23	23.1 PROMOVER A ARTICULAÇÃO COM A AUDITORIA, ESCOLAS DE GOVERNO, UNIVERSIDADES E SOCIEDADE CIVIL	
OBJ. 23	23.2 FORTALECER A ARTICULAÇÃO ENTRE A ESCOLA E A PREFEITURA E A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO	
OBJ. 23	23.3 FOMENTAR AÇÕES PARA DESENVOLVIMENTO DE NOVAS PARCERIAS DA ESCOLA	

- OBJ. 24 24.1 DESENVOLVER
ESTRATÉGIA DE
COMUNICAÇÃO DA EGC
- OBJ. 24 24.2 AMPLIAR A
PARTICIPAÇÃO DA EQUIPE
DE COMUNICAÇÃO NO
PLANEJAMENTO DAS
ATIVIDADES OFERECIDAS
PELA ESCOLA
- OBJ. 24 24.3 APERFEIÇOAR A
IDENTIFICAÇÃO DO
PÚBLICO-ALVO DE CADA
ATIVIDADE PARA
OTIMIZAÇÃO
DA DIVULGAÇÃO
- OBJ. 24 24.4 ENVOLVER OS
SERVIDORES E AS
SERVIDORAS DA ESCOLA
NO PROCESSO DE
DIVULGAÇÃO
DAS ATIVIDADES
- OBJ. 24 24.5 AMPLIAR A
ACESSIBILIDADE INTEGRAL
DOS CANAIS DE
COMUNICAÇÃO DA ESCOLA
E DAS
ATIVIDADES REALIZADAS



PDI

2025-2029



Escola Superior de Gestão
e Contas Públicas
TCMSP



TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO



Observatório
de Políticas Públicas
TCMSP

SÃO PAULO, 2025